



# ZERO

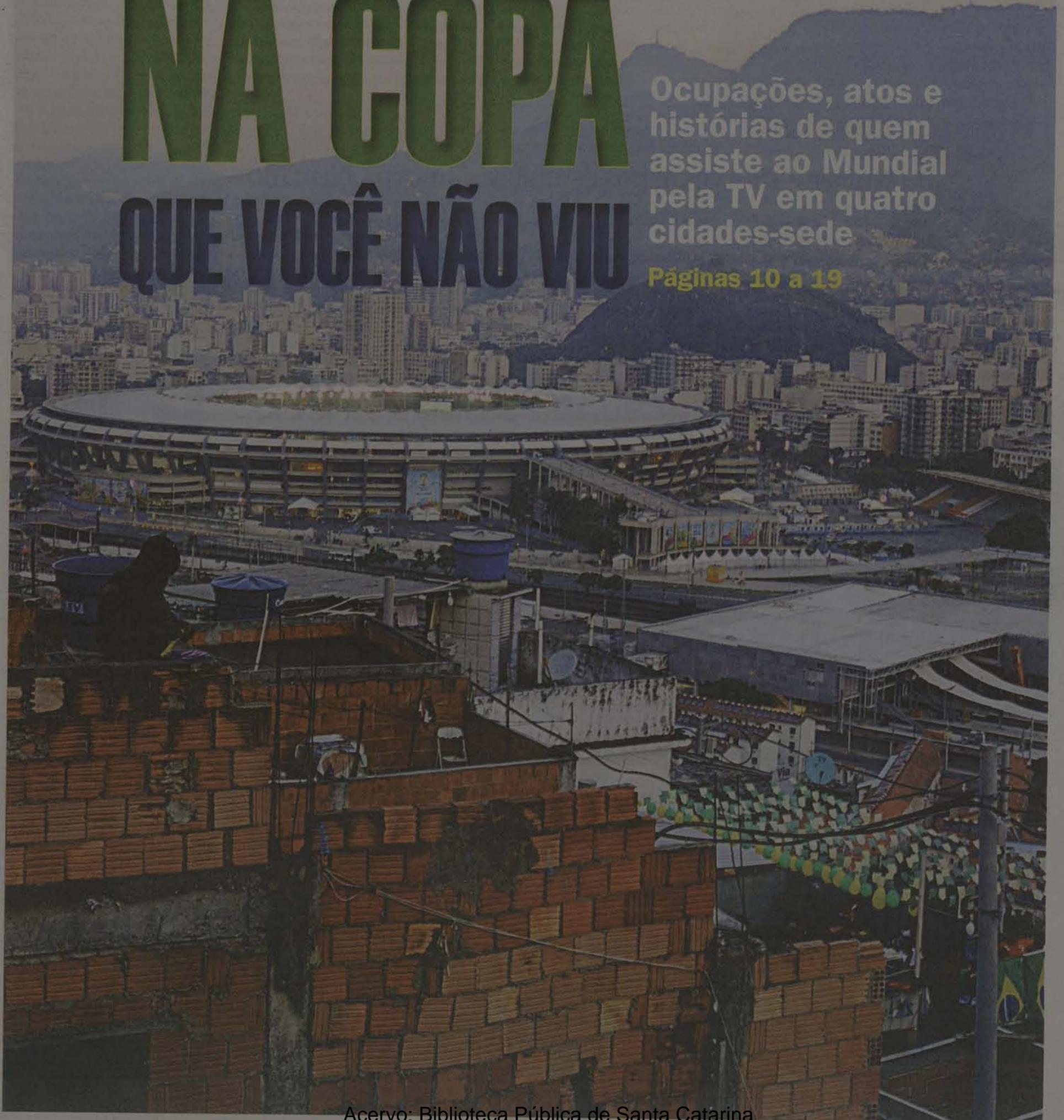
CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, JUNHO DE 2014 - ANO XXXIII, NÚMERO 3

## NA COPA

## QUE VOCÊ NÃO VIU

Ocupações, atos e histórias de quem assiste ao Mundial pela TV em quatro cidades-sede

Páginas 10 a 19



# Teoria e logística na cobertura de megaevento

NOTA DA REDAÇÃO

A edição de junho do **Zero** trouxe novos desafios à redação, agora, bem longe de casa. Precisávamos fazer jus aos dois primeiros números, mantendo a honestidade e levantando de discussões críticas pertinentes. Além disso, esta edição será impressa durante a Copa do Mundo. A primeira discussão foi a mais básica: devemos cobri-la?

Analisamos a possibilidade de acompanhar a Copa sob à luz dos critérios jornalísticos de noticiabilidade, como os descritos por Nilson Lage. Havia desvantagem em um deles: proximidade. Florianópolis não vai receber o Mundial e as matérias teriam de ser feitas em outras cidades. Alguns tinhamos como contornar - atualidade e ineditismo podem ser contempladas por pautas bem feitas e apuradas, mesmo que não publicadas no mesmo dia. Outros justificam a cobertura: a Copa é um evento com grande intensidade e dezenas de histórias que possuem identificação social e humana.

Decidimos que a cobertura seria feita, mas isto não encerrou a discussão - pelo contrário. As opiniões sobre o Mundial, dentro da redação, são diversas e não há consenso. No entanto, temos a clareza de que a Copa não veio de graça. O preço a se pagar - que vai muito além de apenas dinheiro -, os efeitos e legados, os confrontos e as contradições: tudo tem de ser exposto e debatido.

Como viabilizar isto e fazer a cobertura de um evento tão grande, num jornal universitário, recursos limitados e periodicidade mensal? De que forma fazer algo que valesse a leitura, usar uma abordagem nova e competir com toda a imprensa, com jornalistas experientes e publicações quase instantâneas?

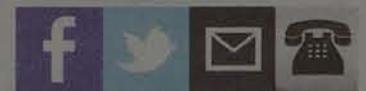
Com dedicação e esforço, tentamos. O resultado você confere nas próximas páginas. Não temos a pretensão de fazer melhor do que fizeram e estão fazendo veículos de comunicação do mundo inteiro, mas nos propusemos a fazer a nossa versão, uma cobertura da Copa para além da Copa - diferenciada, sem amarras e com cabeça aberta para novas ideias.

Com isto em mente, nove de nossos repórteres foram para quatro cidades-sedes. A todos - parentes, amigos, colegas, leitores - que ajudaram a tornar esta cobertura possível, seja com doações, comparecimento no churrasco, estadia, transporte ou apoio moral, deixamos registrado nosso mais sincero agradecimento. Sem a colaboração, não poderíamos ter chegado a esse resultado.

Mas o **Zero** de junho não é só Copa do Mundo. Acompanhamos o inquérito aos manifestantes do Levante do Bosque, assim como o arquivamento da denúncia do atropelamento de uma ciclista, a homofobia presente na sociedade, teleféricos e mobilidade, e trazemos uma entrevista com a nova gestão do DCE.

O jornalismo procura o extraordinário em quase tudo que persegue, e este exercício, em tempos de fascínio tecnológico e superficialidades, faz-se ainda mais necessário. Pierre Bordieu já sentenciava: "Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas, e não outras. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado". Nada mais apropriado diante da cobertura de uma Copa do Mundo, afinal, a totalidade de um evento jamais se extingue ou se permite apreender por completo. Pense então na magnitude de uma competição assombrada por um caos até então iminente e pelo desabono da mídia. Foi este desafio que a redação do **Zero** encarou quando partiu rumo às quatro cidades-sede para trazer a Copa que Você não viu. Fomos pretensiosos, é verdade, e nos permitimos ver algumas coisas e outras não. Enquadramos, angulamos, narramos *in loco*. Quando a proposta foi pensada, tudo era muito difícil, distante a começar pelo financiamento das viagens, pelos riscos de uma cobertura perigosa e pela extensão do evento. Mas nada era tão inquietante do que encontrar a pauta certa. Se acertamos ou erramos na lente, agora é com você, leitor.

Marcelo Barcelos,  
professor da disciplina



**PARTICIPE!**

Mande críticas, sugestões e comentários para:

**E-mail** - zeroufsc@gmail.com

**Telefone** - (48) 3721-4833

**Facebook** - /jornalzero

**Twitter** - @zeroufsc

**Cartas** - Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



**OMBUDSMAN**

NILSON LAGE

## Números elásticos, terras devolutas, fumos problemáticos

Vamos por partes, como diriam Jack, o Estripador e o Hélio Schuch.

1. Na matéria sobre assédio moral, a "quase metade" do título é 40 por cento no segundo parágrafo e 15 por cento na tabela que apresenta "os números da pesquisa".

O problema de conceitos como esses - "racismo" na sociedade, "bullying" na escola, "palmada" em crianças - é que seu entendimento em situações específicas varia desde o que é hediondo até o que é trivial, ambíguo ou subjetivo, como "sentir que já teve seu ponto de vista ignorado" - daí que pode mesmo ir de oito a oitenta.

2. Virando a página, eis a questão fundiária que a Ocupação Amarildo ajudou a pôr na ordem do dia: dá, não uma, mas uma série de reportagens, além de dissertações de mestrado, teses de doutorado, invasões e marchas de protesto como as que estão na moda. Voltará às manchetes de tempos em tempos.

As terras da Ilha de Santa Catarina permaneceram, até há quatro décadas, na maior parte, devolutas. Eleito pela Assembleia em tempo de ditadura militar, Colombo Sales abriu e pavimentou rodovias para o Sul e Norte e distribuiu lotes, supostamente para reforma agrária. Mas a grilagem não parou: quanto mais a cidade atrai forasteiros e os terrenos se valorizam, mais surgem espartos que tentam ocupar o seu pedaço.

Numa sociedade de livres transações, construir casas populares é um pouco enxugar gelo. Agora mesmo, quem quiser consegue alugar ou transferir para seu nome em instrumento particular os direitos sobre imóveis do Minha Casa, Minha Vida, construídos há um ou

dois anos em Palhoça. Em áreas badaladas de ocupação recente, como o Novo Campeche, a maioria dos apartamentos permanece vazia a maior parte do ano e pelo menos um terço não é ocupada nem na temporada de férias: isso acontece quando a valorização esperada dos imóveis supera o retorno prometido pelas aplicações financeiras oferecidas nos bancos às poupanças mais polpudas.

3. Quanto às drogas do layout seguinte, são dois os scripts. Um, o em que se exibem consumidores sorridentes, viciados talvez, mas sempre contando que fumam "só um pouquinho, para relaxar, depois do trabalho, ou estimular, antes dele"; o campus, pelo visto, é excelente lugar de repouso ou de agito. O outro enredo que o **Zero** quis contar faz menos sucesso porque é feio, triste e seus personagens preferem se esconder: mais que fumam, cheiram, injetam - compulsivamente; têm cara e jeito de zumbis, prometem sempre e raro conseguem começar alguma coisa - um curso, um namoro, um emprego - e carregam no entorno pais frustrados e famílias impotentes.

Que a guerra contra as drogas fracassou, não há dúvida. Não é coisa para *cowboys*: trata-se de um problema, não de um inimigo - algo que se tem que resolver com inteligência, não na porrada. Havendo procura, haverá oferta - e a procura foi cuidadosamente estimulada: na verdade, o tráfico é hoje um enorme negócio multinacional, parte importante do sistema; dele depende tanto quem faz o crime quanto quem vive de combatê-lo e, portanto, precisa dele para sobreviver e enriquecer. O tráfico é mais do que esses dois.

Com graduação em Letras, mestrado em Comunicação e doutorado em Linguística (todas as formações pela Universidade Federal do Rio de Janeiro), Nilson Lage é jornalista, teórico da área, ex-professor da UFSC e UERJ e autor de diversos livros, como Ideologia e Técnica da Notícia, Linguagem Jornalística e Teoria e Técnica do Texto Jornalístico.

**ZERO+**

Na próxima semana, o leitor do **Zero** poderá acessar o conteúdo do jornal com interatividade, materiais extras e vídeos. É o **Zero+**, aplicativo desenvolvido como atividade de extensão do projeto "Jornalismo para Tablets", da professora do curso de Jornalismo da UFSC, Rita Paulino, com a participação de bolsista e alunos voluntários. Para navegar pelo **Zero+**, basta enviar um e-mail para rcpauli@gmail.com, solicitando o aplicativo.

\*\*\*\*\*  
**ZERO**

**JORNAL LABORATÓRIO ZERO** Ano XXXIII - Nº 3 - Junho de 2014 **REPORTAGEM** Amanda Simeone, Beatriz Nedel, Bianca Bertoli, Caio Spechoto, Gabriel Shiozawa, Gabriela Damaceno, Géssica Silva, Isadora Ruschel, Luan Martendal, Luciana Paula Bonetti, Mariana Petry, Marianne Ternes, Mateus Vargas, Murici Balbinot, Poliana Dallabrida, Rafael Venuto, Raíssa Turci, Stefanie Damazio, Thais Ferraz **FOTOGRAFIA** Gabriel Shiozawa, Géssica Silva, Isadora Ruschel, Luan Martendal, Mateus Vargas, Murici Balbinot, Poliana Dallabrida, Rafael Venuto, Raíssa Turci **EDIÇÃO** Amanda Simeone, Caio Spechoto, Fernanda Ferretti, Gabriel Shiozawa, Gabriela Damaceno, Janine Silva, Luísa Tavares, Mariana Petry **DIAGRAMAÇÃO** Beatriz Nedel, Géssica Silva, Janine Silva, Júlia Schutz, Luísa Tavares, Rosângela Menezes, Túlio Kruse **INFOGRAFIA** Rosângela Menezes **APOIO** Carlos Augusto Locatelli **PROFESSOR-RESPONSÁVEL** Marcelo Barcelos MTb/SP 25041 **MONITORIA** Túlio Kruse **IMPRESSÃO** Gráfica Grafinate **TIRAGEM** 5 mil exemplares **DISTRIBUIÇÃO** Nacional **FECHAMENTO** 27 de junho

Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca  
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000

3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil  
EXPOCOM 1994

Melhor Peça Gráfica Set Universitário / PUC-  
RS 1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

**ZERO**, junho de 2014

Inquérito

# PF indicia 34 por conflito no Bosque

## MPF analisará documento até julho

Em entrevista coletiva no dia 17 de junho o superintendente da Polícia Federal, Clyton Eustáquio Xavier, divulgava 34 indiciados, entre alunos, técnicos e professores da UFSC, por supostos crimes cometidos no Levante do Bosque. A investigação sobre o conflito na Universidade, para efeito de comparação, teve mais indiciados que os da Operação Moeda Verde, quando 22 pessoas foram indiciadas, resultando em 19 prisões. Esta operação, de 2007, investigava fraudes em licenças ambientais emitidas em Florianópolis.

São 30 estudantes, um técnico-administrativo e três professores, entre eles a vice diretora do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Sônia Maluf. Ela comenta que, no dia, ficou surpresa com ação da Polícia e que "tudo o que veio depois continua me surpreendendo". Preferiu, assim como outros 32 indiciados fizeram na fase de depoimentos, usar o direito do silêncio. Ela também questiona a maneira como foi feita a divulgação dos nomes.

O Ministério Público Federal recebeu o documento da Polícia e tem 30 dias para analisá-lo. Depois da análise concluída, decide se faz a denúncia na Justiça ou se pede o arquivamento - em parte ou na totalidade - do inquérito. Pode também propor sanções penais para os crimes, com penas máximas menores ou iguais a dois anos.

Está também sob análise a representação criminal que a Procuradoria da UFSC encaminhou ao MPF no dia 4 de abril contra a conduta do delegado Paulo Cassiano Júnior. A Universidade também está questionando a ação do delegado na Corregedoria da Polícia Federal.

No inquérito, são tipificados seis crimes: resistência, dano qualificado, lesão corporal, furto, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e desacato.

## Relatório justifica ação policial dentro da UFSC

O Relatório Final de Inquérito tem 24 páginas, sendo que três estão sob o título "Da ação policial". All se concentram argumentos contra as acusações de violência e abuso de poder por parte das autoridades no dia do Levante do Bosque. No texto do delegado Rodrigo Muller consta que a Administração Central da UFSC havia firmado parceria com a Polícia Federal para ações de combate ao tráfico de drogas e, mesmo que não houvesse tal acordo, não há na legislação vigente nenhum impedimento a ações das polícias em *campi* universitários.

Diz ainda que a situação naquela tarde só tomou grandes proporções devido à resistência da multidão a permitir que os agentes federais fizessem cumprir a lei, justificando a ação da Tropa de Choque. O texto também cita agressões verbais e físicas contra agentes. "(...) em seguida, os resistentes passam a desferir golpes e lançar objeto em direção à viatura GM/Astra do Departamento de Polícia Federal que buscava deixar o ambiente do campus, obrigando os policiais a abandoná-lo. Cumpre destacar que, apesar de armados, estes servidores não desferiram qualquer tiro em direção a seus agressores, nem mesmo após um dos policiais ser atingido, na cabeça, por uma pedra de grandes proporções, em clara situação de fuga, quando seria permitido aos agentes de Polícia Federal, sem qualquer sombra de dúvida, agir em legítima defesa contra a agressão injusta sofrida." Os manifestantes feridos na ação policial não são citados.

SR/DPF/SC  
Fl. 216  
Rub. 7

Segurança Física e Patrimonial da UFSC (DESEG), corroborado pelos servidores TELES ESPÍNDOLA (fls. 80-84) e APF ARI COPETTI (fls. 86-90), constata-se que teriam sido recebidas informações relacionadas à crescente atividade de tráfico e uso de entorpecentes no interior do campus da UFSC, tendo sido repassada aos vigilantes a determinação, por parte da Reitoria da Universidade, para que fosse prestado o necessário apoio à Polícia Federal visando ao combate dos referidos delitos, principalmente no entorno da região conhecida como "bosque".

Em seu depoimento, CARLOS ANTONIO OLIVEIRA VIEIRA, Chefe de Gabinete da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina, confirmou que, em novembro de 2013, solicitou, formalmente, apoio do Departamento de Polícia Federal para coibir o uso e tráfico de entorpecentes no campus (fl. 175).

Destaca-se que, na referida Universidade, especialmente nas áreas de uso comum, o acesso é franqueado a qualquer cidadão, independentemente de se tratar de aluno, professor ou membros da comunidade, inexistindo, da mesma forma, qualquer impedimento legal à presença de policiais, de modo que, apesar de existente, não era necessária autorização para ingresso ou atuação no local.

Nesse contexto, conforme relatado, já em 21/03/2014 havia sido realizada atividade por policiais federais em companhia do DESEG, havendo a apreensão de menores de idade na posse de substância entorpecente, os quais foram encaminhados à Delegacia de Polícia Civil, sem qualquer tipo de atrito.

No dia 25/03/2014, de acordo com os depoimentos colhidos, foi realizada nova diligência no local, constatando-se a existência de diversos indivíduos fazendo uso de drogas, especialmente maconha, tendo sido realizada abordagem pelos policiais federais.

Cumprir informar que, ainda que se tratasse de um ambiente privado ou de acesso restrito, constatando-se a ocorrência de um crime, ainda que de menor potencial ofensivo, não há que se falar em necessidade de autorização, inclusive judicial, para ingresso no local (art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal).

Conforme consta do Termo Circunstanciado 006/2014-SR/DPF/SC (cópia

Relatório do delegado Rodrigo Muller diz que a polícia não precisa de autorização para entrar no campus

## Professor do CCJ critica acusações

Do ponto de vista dogmático, as relações são bem simples. Se há crime, precisa haver prisão. Porém, o Direito tem uma área que procura enxergar os crimes dentro de suas variáveis e subjetividades, a Criminologia. Especialista em Ciências Criminais, Marcel Soares é professor substituto de Teoria do Direito no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) e doutorando na UFSC. O professor teve uma longa conversa com o *Zero*, sentado em um banco ao redor de uma mesa de concreto entre o CCJ e o Centro Sócio-Econômico depois da aula noturna, com a Universidade totalmente vazia à exceção dos seguranças patrimoniais e de um estudante que também sentou à mesa para ouvir o que tínhamos a perguntar e principalmente o que o professor tinha a dizer. Soares falou, de maneira ampla e não especificamente sobre o inquérito, sobre crimes de resistência, dano, furto, posse ilegal de arma, lesão corporal e desacato, tipificados no inquérito, e da condução do caso Levante do Bosque.

Sobre lesão corporal, o professor lembra que no dia do Levante houve grande tumulto, e que em situações fora de controle "vai acontecer dano, vai acontecer lesão... agora, nessa circunstância você sujeitar alguém

a uma pena de prisão...", diz fazendo gesto de exagero. Sobre o porte ilegal de armas, Soares não se sente à vontade para opinar por ter sido uma situação muito específica.

Segundo sua análise, o ato de chamar uma entrevista coletiva para divulgar nomes de indiciados é perigoso. "As coletivas que são convocadas e visam dar projeção muito ampla, se não forem muito bem conduzidas pela autoridade policial, podem colocar em jogo a imagem das

**"Se danificar propriedade pública é punido com prisão, não é proporcional"**

pessoas. Formalmente, eu estou te explicando na técnica o que é um indiciado, um denunciado, um réu. Só que a mídia de massa lida com imagem, não com a explicação técnica. O que vai ficar para as pessoas não é a lição do professor de direito penal aqui da UFSC, é a imagem de um delegado falando que fulano está indiciado." Ele teme que esse processo se converta em condenações públicas,

sendo que um indiciamento pode inclusive ser arquivado pelo Ministério Público e não se converter numa denúncia e, posteriormente, numa ação penal. Também acredita que um dos motivos do caso ter tomado tamanha proporção é uma desvalorização das Ciências Humanas, estudadas no CFH, onde o confronto aconteceu.

Já dano e furto são crimes contra a propriedade, os quais o professor não acredita ser razoável a punição com prisão. "Um crime de dano contra uma propriedade não emprega violência. Se a penalidade por danificar uma propriedade pública ou privada é ir preso, eu não consigo enxergar isso como uma penalidade proporcional."

Soares diz ainda que os crimes de resistência e desacato estão intimamente ligados às autoridades do Estado. "São figuras criminais potencialmente muito perigosas, porque elas permitem que qualquer reação da pessoa que esteja sendo submetida a uma prisão em flagrante, etc, seja criminalizada. E você não pode exigir de uma pessoa que está sendo presa que ela fique assim", gesticula como dando os braços às algemas.

Caio Spechoto

caio.spechoto@gmail.com



O estudante de Psicologia Caio Incrocci, 21 anos, foi uma das vítimas dentro da UFSC, quando caminhava com o namorado em uma festa e foi atingido por uma pedra na cabeça

# Sexismo e homofobia no cotidiano

Universidades e escolas registram 71% dos casos de violência em instituições do Governo

**S**amanta Lucila Albanaz sofre preconceito diariamente, mas às vezes nem percebe. Estudante de Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e lésbica, ela diz que o sexismo e a homofobia são visíveis nos diálogos, na forma de abordagem das pessoas e até mesmo nos xingamentos e piadas.

O bullying e a discriminação sexual afetam os alunos gays, lésbicas, bissexuais e todos aqueles que não são percebidos como heterossexuais nas escolas e universidades, segundo o relatório de *Bullying Homofóbico* da Organização das Nações Unidas (ONU), publicado em 2013 no Brasil. "Os professores sempre permitem piadas homofóbicas na turma. Às vezes até riem", conta Samanta. Dentro das instituições governamentais, pelo menos 71% dos casos de violência foram registrados em universidades e escolas, como consta no Relatório sobre Violência Homofóbica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) divulgado no ano passado.

"A universidade é homo-lesbo-transfóbica e excludente, mas a gente sobrevive", explica Virgínia Nunes, ativista da Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), pesquisadora do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e integrante do Grupo de Estudos sobre Lesbianidades (GEL) da UFSC.

Para ela, o foco devem estar nas políticas públicas e leis que protejam e visibilizem a população LGBT no Brasil. "É preciso desconstruir essa lógica normativa. A educação tem que ser inclusiva, não-sexista, não-homofóbica e não androcêntrica".

De acordo com o relatório do Grupo Gay Bahia, a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no país, o Brasil é o campeão em crimes homo-lesbo-transfóbicos: um assassinato motivado por discriminação acontece a cada 28

## Não existe canal exclusivo para denunciar este tipo de agressão dentro da UFSC

horas. Para a ativista Virgínia Nunes, visibilizar os casos de violência é uma forma de transformar a universidade em um espaço seguro. "Nós somos revolucionárias porque a gente existe e nossa existência incomoda", completa.

**A instituição** — Na UFSC, o procedimento padrão da Ouvidoria quanto às denúncias de assédio moral ou sexual é encaminhar os casos ao Gabinete da Reitoria. O processo é o mesmo para denúncias de violência homo ou lesbofóbica. Após análise, o

caso é enviado para a Pró-Reitoria mais envolvida, podendo levar a um processo disciplinar ou sindicância. "Atualmente não existe, de fato, um canal exclusivo para o recebimento desse tipo de denúncia", explica o Diretor do Departamento de Assuntos Estudantis da UFSC, Sergio Luis Schlatter Junior. Para ele, o combate ao preconceito não é tranquilo nem rápido, especialmente no ambiente universitário, "tornando essas realidades mais visíveis e, por analogia, mais tangíveis, aumenta a possibilidade de combater o preconceito e afirmar a igualdade."

Em abril deste ano, o estudante de Letras — Língua Portuguesa e membro do Coletivo LGBT Gozzel, Gabriel Eigenmann Carvalho, 19 anos, foi alvo de uma pichação de conteúdo antissemita e homofóbico na porta de um dos banheiros do Centro de Comunicação e Expressão (CCE). Na mensagem, o agressor pedia a morte do "judeu viado" e o chamava de "lixo humano". Depois de descobrir a pichação, Gabriel registrou boletim de ocorrência na 5ª Delegacia de Polícia da capital e fez uma reclamação na Ouvidoria da UFSC. "Também recorri ao Coletivo Gozzel, porque era ao mesmo tempo antissemitismo e homofobia", conta ele. Hoje não tem mais o costume de andar à noite pela região onde mora e evita as festas da UFSC. Apesar disso, explica que

sofre muito pouco por ser gay em Florianópolis. "Esta é uma cidade gay-friendly." Já o estudante de Psicologia, Caio Incrocci, 21 anos, optou por não prestar nenhuma queixa formal. "Não procurei fazer B.O. e nem fui à Ouvidoria, por medo e por saber que nada seria feito." No ano passado, Incrocci foi agredido com uma pedra na cabeça em uma festa

do curso de Relações Internacionais da UFSC, quando caminhava com seu namorado. Como não registrou a ocorrência, o caso teve pouca repercussão. "Depois disso não melhorou muito, ainda me sinto muito inseguro ao andar pelo campus".

Beatriz Aguiar

beatriznedel@gmail.com

## Homofobia e lesbofobia no Brasil

As denúncias mais comuns são:

-  violência psicológica
-  discriminação
-  violência física

33% das vítimas se declararam pardas, 27% brancas e 7,5% negras

71,4% das vítimas são homens, 20,1% mulheres e 8,5% não informaram

51% dos casos de violência homofóbica retratados na imprensa envolvem travestis

59% dos agressores são conhecidos da vítima





Do próprio exercício profissional, é possível ocorrer uma transformação nos interesses de área, diz psicóloga.

Luan Martendal/Zero

# Carreira e formação se distanciam

Incompatibilidade com área da graduação e baixa remuneração motivam trocas de profissão

Imagine escolher uma profissão, prestar vestibular, passar anos na universidade e depois de formado descobrir que não é aquilo que você quer fazer para o resto da vida. Essa inquietação, embora silenciosa, é cada vez mais comum no mercado de trabalho e no ambiente acadêmico, segundo uma pesquisa realizada em 2013 pela Pactive Consultoria, com 1.006 entrevistados em 22 estados brasileiros. De acordo com o estudo, o número de trabalhadores que já considerou mudar de área chega a 77%. Desses, 32% já pensaram algumas vezes em largar tudo e começar uma nova carreira e 26%, muitas vezes. Apenas 23% dos entrevistados disseram nunca ter cogitado uma mudança de profissão.

A incompatibilidade com a área de formação é o principal motivo apontado por quem decide mudar de carreira. Insatisfação financeira, baixa perspectiva de crescimento profissional e insegurança também são determinantes. Segundo a psicóloga do Laboratório de Informação e Orientação Profissional (LIOP) da UFSC Marúcia Bardagi, deixar a área para iniciar uma nova carreira não costuma ter regra e depende da expectativa de cada um. "Normalmente a profissão é escolhida muito cedo e através do próprio exercício profissional, o acúmulo de experiência e as oportunidades de qualificação, é possível ocorrer uma transformação nos interesses de carreira. Não necessariamente por uma escolha equivocada, mas por acompanhar um processo natural do indivíduo."

Formado em Biologia pela Universidade Federal de Santa Catarina

(UFSC) em março de 2014, Alceu Azambuja, 23 anos, decidiu na faculdade que trocava de profissão. "Durante a graduação participei de um projeto de iniciação científica e da Simbiosis, Empresa Júnior de Ciências Biológicas, onde acabei me apaixonando pela área empresarial e percebi que a Biologia em si não era o que eu gostava." Com a decisão tomada, começou a estagiar no Grupo Voe, onde trabalha atualmente na agência de marketing jovem.

Aos 32 anos, o 1º Tenente do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina Fabio Silva engrossa a lista

## O número de trabalhadores que pensou em mudar de área chega a 77%

dos que concretizaram a mudança. Formado em 2003 em Engenharia de Aquicultura, chegou a trabalhar na área por dois anos, mas deixou o emprego para seguir carreira militar. "Quando entrei na faculdade nem sabia o que eu queria fazer. Decidi mudar ao ver que meus amigos estavam contentes nos cursos que escolheram, de um jeito que eu não estava naquela profissão." Silva se dedicou aos estudos por três anos pensando em prestar concurso para a Polícia Federal (PF), mas nenhuma vaga foi aberta no período. Durante a preparação, passou no vestibular para o curso de Direito na UFSC, fez Pós-Graduação em Segurança do Trabalho e entrou para a Polícia

Civil. Em 2009, trocou a carreira na polícia para atuar como bombeiro. "Redescobri aquilo que estava adormecido quando eu era pequeno. Eu tinha fixação por fogo e sempre gostei muito de água. Uma conjugação de fatores me direcionou para essa carreira. O processo é doloroso e exige disciplina, mas se eu não tivesse mudado não estaria realizado profissionalmente - a realização não tem algo que pague."

De acordo com Bardagi, a universidade é fundamental para mostrar aos alunos qual o melhor caminho a seguir. Para ela, é necessário que a graduação exponha a prática, os contextos e as possibilidades do mercado de trabalho, aproximando o estudante da área de atuação. "Estar engajado em atividades extracurriculares como grupos de pesquisa, laboratórios e eventos é um dos principais preditores de satisfação acadêmica e de decisão profissional ao aluno, garantindo-o segurança para avaliar se está ou não satisfeito com o curso que escolheu." O resultado do estudo divulgado pela empresa de consultoria indica que 66% dos entrevistados são universitários ou possuem nível superior completo, muitos na faixa dos 18 a 30 anos (17%) e dos 30 aos 40 (26%).

Para Azambuja, participar de alternativas durante a faculdade é essencial para decidir qual carreira seguir. "Você entra na universidade achando que vai fazer uma coisa, mas pode mudar de ideia ao ver que talvez não seja isso que vai te oferecer a renda que você quer, a felicidade profissional ou que vai te dar emprego." Conforme ele, o curso de Biologia, assim como diversos outros,

direciona os alunos principalmente à formação acadêmica - pare ele, uma falha. "Acredito que a universidade deve formar pessoas capazes de trabalhar em qualquer uma das áreas no mercado e não focar apenas em formar professores."

Por outro lado, o curso de Engenharia de Aquicultura seria mais voltado à prática de mercado. "O curso me formou realmente para o mercado de trabalho. Contei com professores que tinham contato direto com a área e saí da faculdade sabendo como funcionava a prática e como executá-la - isso não influenciou na minha iniciativa de trocar de carreira."

Para o psicólogo, a demanda de universitários em busca de orientação profissional está aumentando e a mudança de profissão não é encarada como fracasso. Para ela, a propensão às mudanças está cada vez maior porque as trajetórias de trabalho estão mais dinâmicas e a certificação profissional não possui mais uma relação direta com o que se faz no futuro. "Cada aluno vai

usar o conhecimento adquirido na formação de maneiras diferentes. As pessoas estão mais corajosas porque visualizam uma aceitação maior se comparado às gerações passadas." O consultor em gestão de pessoas Eduardo Ferraz concorda. "O segredo para ter uma carreira de sucesso é aumentar muito seu autoconhecimento, para ter o discernimento de escolher profissões, cargos ou atividades compatíveis com sua personalidade."

Embora o número de pessoas que trocam de profissão esteja aumentando, ainda existe uma grande parcela de trabalhadores que trava no momento de tomar a decisão. De acordo com a Pactive Consultoria, 31% dos entrevistados admitem ter medo de arriscar tudo em busca de um novo emprego, enquanto 16% ainda estão incertos do que gostam, e outros 16%, esbarram na falta de qualificação.

Luan Martendal  
luanmartendal@gmail.com  
Stefanie Damazio  
stefanie.jor@gmail.com



Silva: "se não tivesse mudado não estaria realizado profissionalmente"

# Acidentes fatais assombram ciclistas

Expostos a atropelamentos, eles protestam a cada morte com instalação de *ghostbike*

Segunda-feira, dia 1º de julho de 2013. Eram oito horas da manhã quando a estudante da primeira fase de Oceanografia da UFSC Lylyan Karlinski Gomes, 20, pedalava para a aula. Na rótula da Trindade, acesso principal à Universidade, seu percurso foi interrompido. Atropelada por um ônibus que seguia para o bairro Serrinha, a estudante foi encaminhada ao Hospital Universitário, mas não resistiu e morreu por politraumatismo.

Na Universidade, o sentimento entre os colegas era de que poderia ter acontecido com qualquer um deles. No local, não há ciclovia, nem ciclofaixa, e quem circula de bicicleta disputa espaço com veículos.

A rua Lauro Linhares, principal via do bairro, é estreita e, para que o motorista mantenha a distância mínima exigida pelo Código de Trânsito Brasileiro (CTB), é obrigado a invadir a pista contrária. Em horário de pico, alguns ciclistas preferem infringir a lei e ir pela calçada a se arriscar na via movimentada.

Na reconstituição do acidente feita no dia 25 de agosto — domingo, dia em que o movimento na rótula da Trindade era menos intenso que no dia do atropelamento — cobrador, motorista, advogados da empresa Insular e membros da Associação de Ciclistas de Florianópolis (ViaCiclo) acompanharam a ação. Nenhum representante da vítima esteve presente.

## O movimento *ghostbike*

A instalação de bicicletas brancas em homenagem a ciclistas mortos no trânsito começou em São Francisco, no Estado de São Paulo, em 2005. No Brasil, a primeira *ghostbike* foi instalada na zona sul de São Paulo dois anos depois do início do movimento.

Em 2008, cerca de um mês depois da Lei Seca ter entrado em vigência, o triatleta Rodrigo Machado Lucianetti foi atropelado por um motorista que havia saído de uma casa noturna e estava dirigindo embriagado na SC-

402, em Jurerê. O ciclista morreu na hora. Nesta rodovia foram registrados quatro atropelamentos fatais de ciclistas desde 2008.

## Ciclovias em Florianópolis

Pedalar em Florianópolis é uma experiência que causa dois tipos de sensações: o deslumbramento e o medo. De um lado, o visual da Ilha, do outro, a atenção com o trânsito em vias estreitas. Como pedalar na calçada é proibido pelo CTB, na Lagoa da Conceição o ciclista tem de dividir a rua com veículos nos 2,3 km da avenida das Rendeiras.

No mês passado, foi lançado o projeto de licitação de revitalização da via. O texto contempla troca do pavimento e calçadas. A obra deve durar sete meses e o trânsito será em meia pista durante o período.

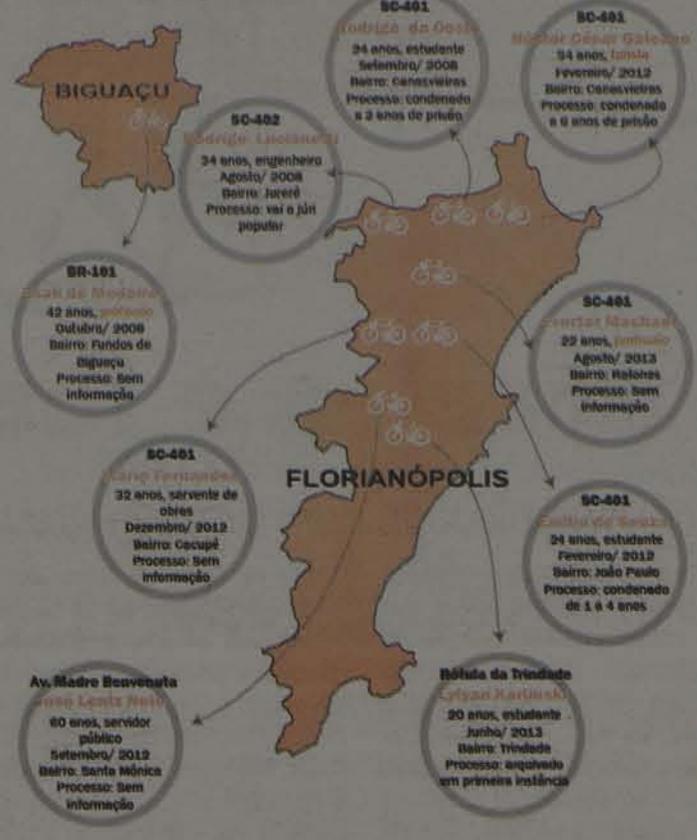
Para inclusão da ciclovia no projeto inicial, seria necessário proibir o estacionamento em um dos lados da via. A Acif (Associação Comercial e Industrial de Florianópolis) ainda não tem um posicionamento dos comerciantes, mas entende que a obra é fundamental para melhorar o trânsito da região.

Para a associação de moradores, a ciclovia também é importante, já que a avenida das Rendeiras tem grande circulação de bicicletas e é encarada como uma das soluções para o trânsito da região. A decisão da inclusão ou não da ciclovia vai

Infografia: Rosângela Menezes Zeno

## Onde estão localizadas as *ghostbikes* da Grande Florianópolis?

*Ghostbikes* são bicicletas pintadas de branco e penduradas no lugar onde ocorreu a morte de um ciclista. Na Grande Florianópolis, já foram instaladas nove e a maioria dos acidentes aconteceu por embriaguez do motorista.



## É proibido pedalar na calçada, mas a avenida é um risco que muitos preferem evitar

402, em Jurerê. O ciclista morreu na hora e foi homenageado com a primeira *ghostbike* da Grande Florianópolis. Desde então já foram instaladas nove bicicletas na região, duas lembrando estudantes da UFSC. O primeiro estudante homenageado foi Emílio Delfino Carvalho de Souza, do curso de Medicina. Para participar de um churrasco nos Ingleses, resolveu fazer o trajeto de bicicleta com o amigo Nicolas Zanella, saindo da Trindade. Enquanto pedalavam pelo acostamento da SC-401, próximo ao bairro João Paulo, um motorista que

## Avenida espera ciclovia há 8 anos

Outro ponto crítico da estrutura cicloviária de Florianópolis é a Avenida Madre Benvenuta, onde, em um dia de tempo firme, circulam cerca de 140 ciclistas nos horários de pico. No local em que deveria existir uma ciclovia ligando a avenida à UDESC, um servidor da Universidade Estadual morreu ao ser atingido por um motociclista em 2012.

Segundo o advogado da incorporadora, Alexandre Araújo, o acordado em 2006 foi a execução de uma ciclofaixa em frente ao supermercado Angeloni, a continuação da ciclovia da UDESC até o final da ponte e uma faixa preferencial para ciclistas entre esses dois pontos. Porém, o projeto apresentado pela Prefeitura teria sido diferente. Somente no ano passado foi decidido que seria uma ciclofaixa.

Alternativas de traçado por dentro do bairro foram apresentadas, mas



Em 2012, cicloativistas protestaram na avenida após atropelamento

não foram aceitas pelo Ministério Público Federal (MPF) e pela Associação Comunitária Jardim Santa Mônica (Acojar). Cabe agora ao Ipu definir o traçado e o projeto

para ser licenciado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Gabriela Damaceno  
gktdamaceno@gmail.com

depende do consenso entre comerciantes, associação de moradores, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (Ipu) e Prefeitura. Se aprovada, será preciso analisar de onde viria a verba para alteração do

projeto. Ainda na região da Lagoa da Conceição, há a construção de uma ciclovia de quase 2 km de extensão na Avenida Osni Ortiga, com término previsto para acabar em abril de 2015.

## Bicicleta e legislação

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro, o poder público tem obrigação de garantir a segurança de ciclistas, Artigo 21. Compete aos órgãos e entidades executivos do rodoviário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição: II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos de pedestres e de animais, e promover o desenvolvimento da circulação de ciclistas.

Pressionar o ciclista contra a calçada é infração grave: Artigo 192. Deixar de guardar distância segura lateral e frontal entre o seu veículo e os demais, bem como em relação ao bordo da pista. Considerando-se, no momento, a velocidade, as condições climáticas do local da circulação e do veículo - infração grave.

Lugar de bicicleta é na rua:

Artigo 58. Nas vias urbanas e nas rurais de pista dupla, a circulação de bicicletas deverá ocorrer, quando não houver ciclovia, ciclofaixa ou acostamento, ou quando não for possível a utilização destes, nos bordos da pista de rolamento, no mesmo sentido de circulação regulamentado para a via, com preferência sobre os veículos automotores.

# 80 km para corredores de ônibus

Investimento de R\$ 412 milhões do Governo criará alternativas para o transporte coletivo

A presidente Dilma Rousseff anunciou, no início de junho, a liberação de R\$ 412 milhões para obras de infraestrutura de mobilidade urbana em Florianópolis, sendo que metade são recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e a outra metade de financiamentos públicos. O investimento é parte do Pacto pela Mobilidade Urbana, programa anunciado em junho de 2013 pelo Governo Federal que destinará R\$ 50 bilhões para obras no setor em todo o país.

Na capital, o Pacto prevê a construção de cerca de 45 km de corredores e 33 km de faixas exclusivas, que somam aproximadamente 80 km de vias exclusivas para transporte coletivo. Os corredores ficarão na Avenida Mauro Ramos, na Rua Silva Jardim, nas SCs 401 e 405, e na Rodovia Admar Gonzaga (Itacorubi).

O projeto no site da prefeitura mostra que o corredor do continente atravessará as avenidas Coqueiros e Abraão. As faixas exclusivas

atingirão cerca de 20 ruas e avenidas. Entre as mais conhecidas: Avenida Gustavo Richard, Paulo Fontes, Lauro Linhares, Madre Benvenuta, Atlântica e Joaquim Nabuco.

Além de corredores e faixas exclusivas, o resumo do plano prevê obras de recapamento, reparação de abrigos de ônibus, complementação de calçadas, alargamento de vias, construção de estações nos corredores, e utilização de binários e a implementação do Sistema Inteligente de Transporte (ITS), que reúne soluções de eletrônica, tecnologia de informação e comunicação sem fio, aplicadas ao transporte.

As cicloviárias planejadas somam cerca de 26 km de extensão, e estão previstas nas obras de Integração ao Anel Viário Central (Centro); no corredor exclusivo da rodovia Admar Gonzaga (Itacorubi) e na SC 405 (Sul da Ilha). A qualificação dos terminais de integração, inclusive os de Capoeiras e Saco dos Limões, atualmente desativados, também faz parte do projeto. A ponte Hercílio Luz, que está sendo reformada pelo Governo do Estado, com previsão de conclusão de obras para o fim deste ano, é cotada no projeto como via exclusiva para o transporte coletivo.

Também serão financiados estudos

para implantação de plano inclinado funicular (elevadores via cabo para ruas com escadarias e de difícil acesso), atracadouros de transporte marítimo, ampliação do sistema de monitoramento de transporte e trânsito e integração do transporte coletivo com o sistema de teleférico, além da continuidade da Avenida Beira-mar Continental – via corredor metropolitano – até a BR-101.

A PMF aguarda a publicação oficial do Ministério das Cidades para dar continuidade ao processo. A Secretaria de Obras fornecerá um projeto básico e as licitações serão efetuadas por meio do Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

No último dia 17 de junho, o prefeito da capital apresentou, na Câmara de Vereadores, as obras que estão sendo executadas ou o serão a curto prazo. O Elevado do Rio Tavares e a recuperação do asfalto e ciclovia

na Avenida Ivo Silveira são projetos financiados pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC), com custo total de aproximadamente R\$ 21 milhões.

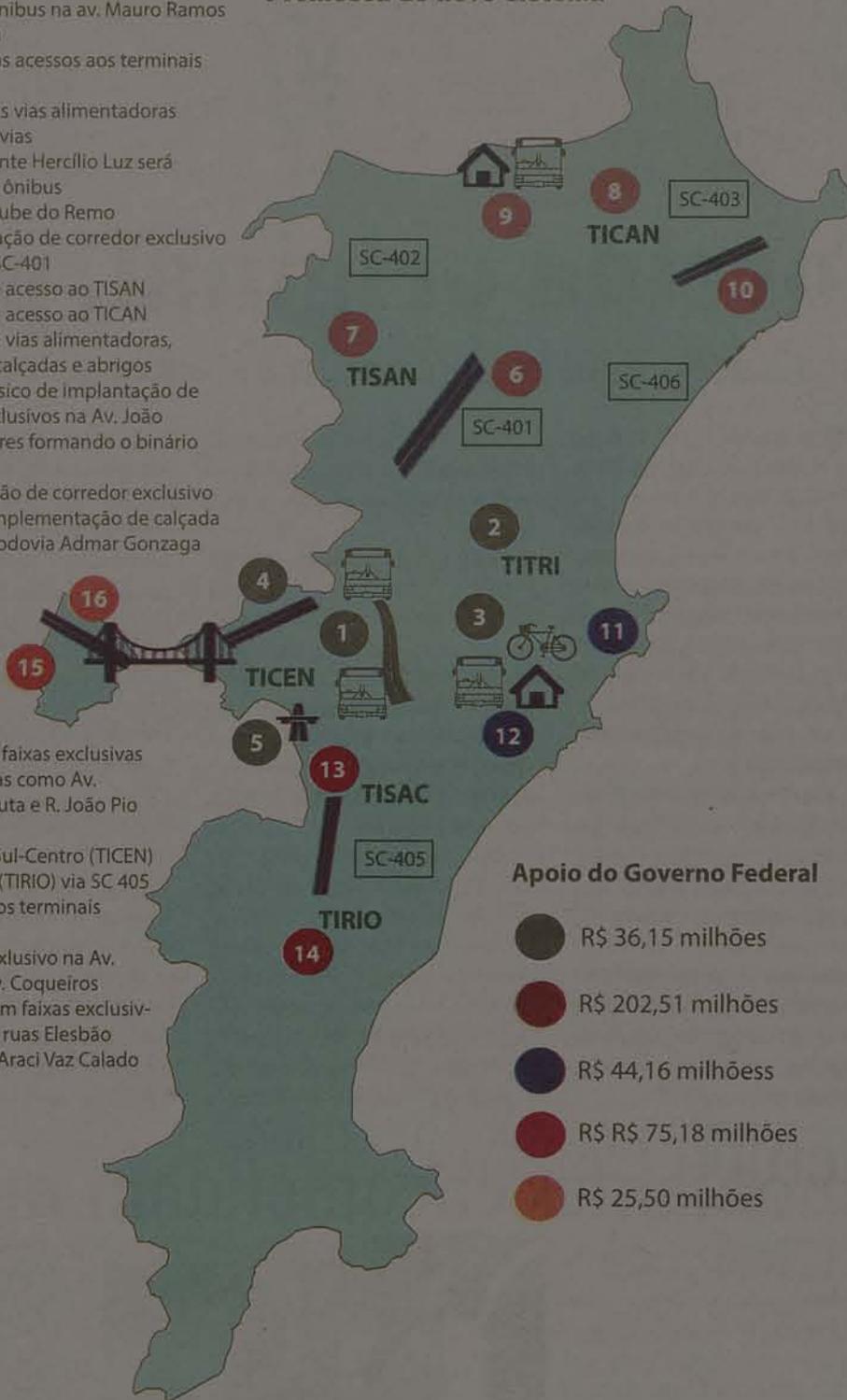
Com recursos do PAC 2, se prevê obras de Pavimentação, drenagem e passeio na Avenida Beira Mar Norte, trechos Agrônoma e Trindade; num custo total de R\$ 5.697.353,72. As avenidas Deputado Antônio Edu Vieira; Padre Rohr e Rua Pastor Willian Richard Schisler Filho também passam por obras orçadas em cerca de R\$ 32 milhões.

Luciana Paula Bonetti  
lucipbs@gmail.com  
Marianne Ternes  
marianneternes@gmail.com

- 1) Implantação de corredor exclusivo de ônibus na av. Mauro Ramos e R. Silva Jardim
- 2) Melhoria nos acessos aos terminais TICEN - TITRI
- 3) Melhoria nas vias alimentadoras abrigos e cicloviárias
- 4) Acesso à Ponte Hercílio Luz será exclusivo para ônibus
- 5) Passarela Clube do Remo
- 6) Implantação de corredor exclusivo de ônibus na SC-401
- 7) Melhoria de acesso ao TISAN
- 8) Melhoria de acesso ao TICAN
- 9) Melhoria de vias alimentadoras, instalação de calçadas e abrigos
- 10) Projeto básico de implantação de corredores exclusivos na Av. João Gualberto Soares formando o binário Rio Vermelho
- 11) Implantação de corredor exclusivo de ônibus, complementação de calçada e ciclovia na Rodovia Admar Gonzaga

- 12) Criação de faixas exclusivas à direita em vias como Av. Madre Benvenuta e R. João Pio Duarte
- 13) Corredor Sul-Centro (TICEN) ao Rio Tavares (TIRIO) via SC 405
- 14) Reforma dos terminais TICAN e TIRIO
- 15) Corredor exclusivo na Av. Abraão e na Av. Coqueiros
- 16) Binários com faixas exclusivas à direita nas ruas Elesbão Pinto da Luz e Araci Vaz Calado

## Promessa de novo sistema



## Apoio do Governo Federal

- R\$ 36,15 milhões
- R\$ 202,51 milhões
- R\$ 44,16 milhões
- R\$ R\$ 75,18 milhões
- R\$ 25,50 milhões

## Teleférico seria ineficiente, segundo especialista

Werner Kraus Júnior é professor do Departamento de Automação e Sistemas da UFSC, e especialista em sistemas inteligentes de transporte. Kraus é contra a proposta de implementar um teleférico em Florianópolis e apresenta diversos argumentos contra o projeto: tarifa alta, necessidade de subsídio, demanda inflada pela dificuldade de integração com os ônibus e de acesso das comunidades do Maciço e baixo impacto na mobilidade do transporte em geral. O professor diz que no Rio de Janeiro, o Teleférico do Alemão custava ao Governo Estadual R\$ 2 milhões por mês em 2012 e o da Providência ficou parado por cerca de um ano depois de pronto por falta de uma empresa para operar o sistema.

O Teleférico do Maciço do Morro da Cruz tem valor esti-

miado em R\$ 63 milhões. A obra conta com financiamento de R\$ 142,31 milhões do Ministério das Cidades e uma contrapartida de R\$ 7,49 milhões da Prefeitura, totalizando R\$ 149,8 milhões. Destes, R\$ 86 milhões são destinados ao Anel Viário Central - corredor de faixa preferencial para ônibus, saindo do final da avenida Antônio Edu Vieira em direção ao Ticen, passando pela Beira-Mar Norte.

O plano é que o Teleférico tenha três estações, uma próxima ao Camelódromo, outra no Alto da Caeira do Saco dos Limões e a última na Trindade. Serão aproximadamente 3 km de trajeto, com duração de 12 minutos, capaz de transportar até 3 mil pessoas por hora. A obra está prevista para começar no final de 2015, mas o projeto não foi finalizado.



Vendedores ambulantes comercializam produtos não-oficiais em algumas esquinas da capital catarinense

# Torcida original, produto nem tanto

Fiscalização é insuficiente para estancar a venda de produtos falsificados em Florianópolis

Em dias de jogos do Brasil, a paixão dos torcedores faz com que a camiseta seja peça obrigatória do guarda-roupa. Mas o manto sagrado é caro. Segundo a Receita Federal, uma camiseta da seleção Brasileira tem 45% de impostos, mais ICMS, embutidos no seu preço final. Se não dá para pagar os R\$190 de uma peça oficial, a réplica de R\$ 40 que o ambulante oferece na rua é quase uma pechincha. A vitrine ao ar livre é atraente, cabe em todos os bolsos. Da madame ao operário, todos querem garantir o símbolo da Seleção Canarinho e ficar na torcida pelo hexa.

— Quanto tá mesmo a camiseta? — pergunta o homem vestido com camisa social de uma grife catarinense, em que as camisas custam em torno de R\$300.

— R\$ 40 cada, amigo — responde o vendedor, enquanto mostra a versão infantil do produto a uma senhora.

— Essa só dá pra lavar uma vez — fala o cliente engravatado para o amigo que o acompanha. Ambos examinam o produto, que está exposto num varal em uma esquina movimentada da cidade.

Fechado o negócio com a senhora, o jovem vendedor de 21 anos se aproxima dos dois homens. Um deles pergunta:

— Dá pra fazer duas por R\$ 40?

— Só porque vocês são da loja ali do lado.

Nem a ameaça de chuva desanima Fabrício\* nas vendas de camisetas e bandeiras falsificadas. O jovem trabalha como corretor de imóveis em Porto Alegre, mas explica que na Copa do Mundo é

o momento de dar continuidade aos negócios da família. Sem dar detalhes de quais seriam esses negócios, Fabrício vende camisetas falsificadas, mas, segundo o

**Camiseta da seleção brasileira no camelô custa R\$ 150 a menos que a oficial**

corretor, em outros mundiais o negócio já incluiu até venda de ingressos fora do país.

O ambulante diz que escolheu Florianópolis como ponto de venda para aproveitar a fiscalização mais tranquila. “Lá em Porto Alegre é sujeira. Aqui, os policiais vêm

tranquilos e pedem para eu sair, não fazem como os de Porto Alegre que chegam com bomba e ainda pedem camisetas.” Para Fabrício, a temporada está boa. Ele chega a vender 50 camisetas por dia. A esquina em que está instalado atualmente é um ponto estratégico para aproveitar tanto a passagem pedestres, quanto a parada de carros. O vendedor não se inibe nem com a presença de uma câmera de vigilância da Polícia Militar, localizada bem ao lado de seu varal de camisetas. “Vou ficar nesse ponto até a polícia me tirar ou até o Brasil sair da competição”, afirma o jovem.

Em outro canto da cidade é na base do grito que os ambulantes vencem a concorrência entre si.

— Se não comprar camisa o Neymar não vai ganhar o jogo,

hein! Torcedor pé quente, tem que torcer uniformizado —, grita Tiago\* para os pedestres que passam por uma rua movimentada do Centro. O bordão é uma tentativa de alavancar as vendas, que não estão atingindo as expectativas do jovem catarinense. “Se não vender agora, só daqui quatro anos”, diz Tiago. Mas se o Brasil continuar no campeonato, a estimativa de lucro é de cerca de mil reais por dia.

Tiago sustenta a casa e a esposa com o que vende na rua. Entrou na atividade por causa do pai, que trabalha há mais de 20 anos como ambulante. “Toda a família foi progredindo, só eu mesmo que fiquei na profissão insistindo. Tem dias que a gente pensa em arrumar um meio período, mas não adianta. Porque, conseguir o que a gente consegue na rua é só na rua mesmo”, explica.

## Ambulantes encomendam mercadoria em São Paulo

O Inspetor-Chefe da Receita Federal de Florianópolis, Marco Antônio Franco, afirma que a falsificação e o contrabando de produtos falsos pelo mundo são quase tão rentáveis quanto o tráfico de drogas. A diferença é que, em relação à pirataria, “a sociedade tolera esse crime”. Franco também esclarece que a maioria das confecções vendidas pelos camelôs é produzida no Brasil. “Onde costuma ter essas fábricas de falsificação é em São Paulo e Goiás.”

Em São Paulo, “de mil peças pra cima sai 11 real o modelinho oficial”, conta um vendedor ambulante. Ao chegar em Florianópolis, as camisetas são vendidas de R\$20 a R\$50. No caso de Tiago, o jovem diz que o pai é que fica responsável pela compra da mercadoria, e que as camisetas da Seleção são compradas no “shopping da réplica”, perto da Praça da Sé. Para a Copa do Mundo “ele deve ter investido uns R\$ 10 mil. Por volta disso, porque ele tá passando camisa pra todo mundo aqui”.

Nesta Copa, a compra de mercadorias foi terceirizada com a contratação de um “secretário remoto” na capital paulista. “Você deposita o dinheiro para ele, quando você



“Sociedade tolera esses crimes”, diz Franco

já sabe a mercadoria que vai pegar e ele faz a compra pra você, bota dentro do ônibus e te envia. Lá, você não tem risco nenhum pra comprar, o risco é só aqui”, conta Tiago.

Na banca do jovem, a camiseta “oficial” só pode ser adquirida sob encomenda. A medida foi tomada por causa do aumento da fiscalização nas ruas de Florianópolis. A

única opção disponível não tem o símbolo da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), nem da Nike, patrocinadora do uniforme oficial da Seleção brasileira.

No dia 12 de junho - dia da abertura da Copa do Mundo, a ronda de fiscais passou logo cedo, o que deixou Tiago apreensivo de continuar vendendo. Ele lembra que no mês passado teve R\$ 1.500 de mercadoria apreendida, montante pouco significativo perto dos mesmos R\$ 1.500 que faturou apenas no dia anterior. Mas, prefere não arriscar, e adia o início das vendas para as três da tarde, quando encerraria o expediente da prefeitura de Florianópolis.

### Fiscalização

Só estão autorizados a comercializar nas ruas da capital os ambulantes identificados com colete azul. Para ter a permissão, é necessário participar de um processo de licitação específica do que pretendem vender. Como não houve licitação à venda de produtos da Copa do Mundo, “qualquer mercadoria vendida que se refere à Copa não tem a nossa autorização”, afirma Luiz Carlos Neves, diretor da Secretaria

Executiva de Serviços Públicos, responsável pela coordenação dos fiscais e concessão de alvarás para uso do espaço público.

O controle da venda ilegal de produtos é feito diariamente por 11 fiscais, que fazem rondas em conjunto com a Guarda Municipal de Florianópolis (GMF). Neves explica que, por vezes, a fiscalização fica imobilizada pela indisponibilidade de efetivo da Guarda, mas adianta que já está em pauta a assinatura de um convênio com a GMF para destacar um efetivo exclusivo para a Secretaria.

“É só você dar uma caminhada na Felipe Schmidt, na Jerônimo Coelho, que você vê que a coisa está se proliferando. Nós sabemos que o iceberg é grande. Sabemos que a parte de baixo do iceberg é o nosso grande problema. E nós só estamos tentando enxugar a parte que está em cima”, analisa o diretor, que assegura: “Mas eu não vou permitir, mesmo com o número reduzido de fiscais, que a nossa cidade vire uma 25 de março”.

# Jogo truncado

No momento em que a redação do Zero decidiu cobrir a Copa do Mundo, optamos por trazer o registro sobre o que os repórteres encontrariam em torno do evento, com cuidado para que a cobertura não caísse em generalizações - a favor ou contra o Mundial - indo além do futebol, dos estádios e das torcidas. O resultado está nas próximas nove páginas, em matérias que contam histórias como a de celebrações na Mangueira, no Rio de Janeiro, ou de ocupações que reivindicam moradia em São Paulo. Também trouxemos relatos sobre o impacto na mobilidade urbana que as obras para a Copa causaram em Curitiba e Porto Alegre. Para descrever os protestos, os repórteres trouxeram os diversos pontos de vista de quem sai às ruas com bandeira e gritos de ordem, dispostos a enfrentar a opinião pública e a repressão da polícia. Aqui ilustramos parte da diversidade com a qual nos deparamos enquanto cobríamos a Copa além da Copa.



# Copa na TV, com vista do Maracanã

Morro da Mangueira ganha folga em dia de jogo

Do alto do Morro da Mangueira é possível observar alguns dos principais pontos turísticos da capital carioca. Os cheiros se misturam do pé ao cume da terceira favela mais antiga do Rio de Janeiro: churrasco, urina, maconha, pólvora, creme para pentear, esgoto. Os sons variam do funk ao pagode, passando pelo sertanejo, rap e samba de raiz. Mestre Cartola, um dos fundadores da Estação Primeira ao lado de Carlos Cachaca, Zé Espinguela e Saturnino Gonçalves, cresceu na comunidade.

É dia do segundo jogo do Brasil na Copa do Mundo e não há uma nuvem para amenizar o calor de 30°.

Os paralelepípedos estão pintados em alguns trechos da cor da Seleção.

As fitas verdes e amarelas, junto com várias bandeiras espalhadas em frente às pequenas casas, balançam na velocidade do vento.

A partida começa e cada um torce à sua maneira. Muitos assistem à disputa no telão instalado na quadra da escola de samba homônima ao complexo. Outros se espalham pelos incontáveis botecos ou, ainda, no meio de vielas com mesas, cadeiras e churrasqueiras improvisadas. Há também quem prefere reunir os amigos na sala ou no alto de casa. Em algumas situações a TV é nova e tão grande que atrapalha o vai-e-vem dos convidados.

A laje da empregada doméstica Genilde de Souza, ou Têia, como é conhecida na vizinhança, está lotada. Farofa, arroz e frango ensopado são oferecidos em abundância num raro dia de folga. "O pessoal come pra caramba aqui no Rio", afirma enquanto lambe um dos dedos da mão esquerda. A insistência gentil para que todos se sirvam é reforçada pela oferta de um copo de cerveja, que nunca fica vazio. Os homens, em pé, fazem do muro de tijolos à vista apoio e mesa. As mulheres se distribuem pelas cadeiras diante da televisão. Dois meninos, alheios ao "haja, coração" de Galvão Bueno e "a regra é clara" de Arnaldo César Coelho, chutam a bola contra a parede. Ambos vestem a camisa com o número que Pelé e Zico immortalizaram e que agora pertence a Neymar.

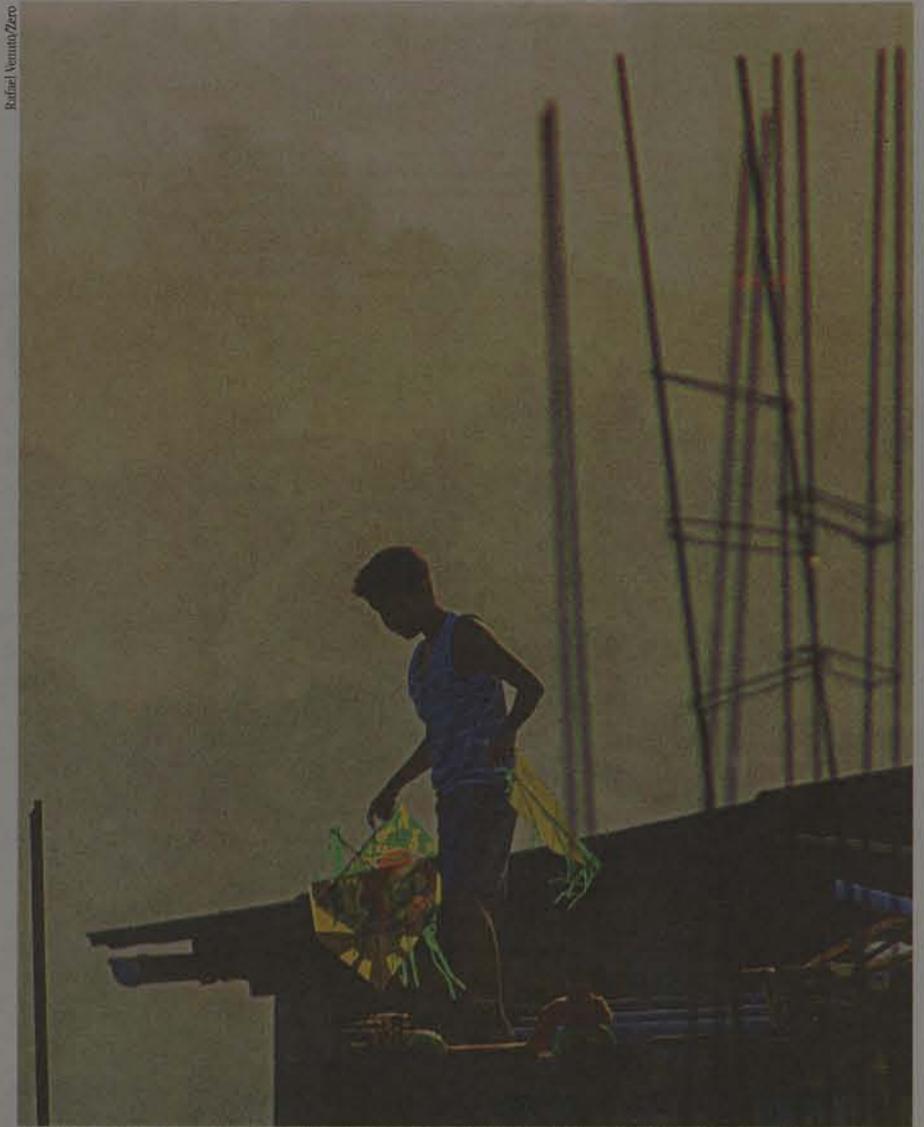
O jogo acaba: zero a zero. O resultado não inibe a queima de fogos e a fumaça se espalha, mas nada que perturbe a vista da laje do comerciante Mauro Alves de Oliveira, uma das mais privilegiadas do morro. A imagem do Maracanã com o Cristo Redentor ao fundo é objeto de desejo de redes de televisão Brasil afora. "Já estou pensando em aumentar o espaço para as Olimpíadas". Vizinho de Oliveira, Genival da Silva Batista também está otimista. Sua primeira intenção é construir um cercado para Pelé, seu lagarto de estimação. "Ele é uma celebridade, mas os gringos têm medo", comenta.

Na Travessa do Chalé, ao som de voz, cavaquinho e violão, o atual intérprete da Mangueira, Vadinho Freire, reúne em sua casa amigos e familiares para a gravação de uma série de clipes. As letras descrevem o cotidiano da favela, o trabalhador e sua relação com a polícia. "O que eu vejo", "Flor de Lis" e "De segunda a segunda" são algumas das releituras que o artista faz. Palmas, gingado e caipirinha dão o tom da festa que começou cedo e não tem hora para acabar.

O pranto da Mangueira é tão diferente, já dizia Cartola.

**Bianca Bertoll**  
bertolibianca@gmail.com  
**Rafael Venuto**  
rafael.vnt@grad.ufsc.br

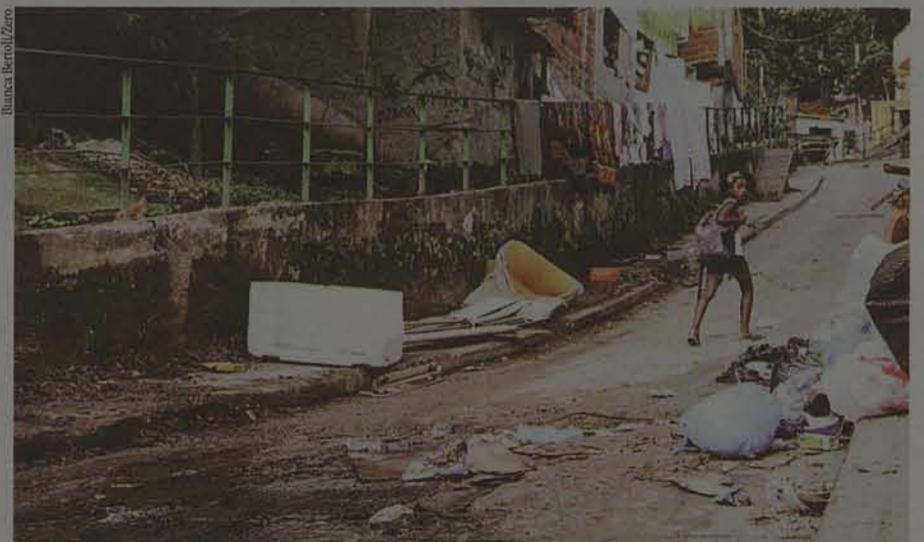
## Moradores se reúnem para assistir o jogo no bar, na rua ou na escola de samba



Verde e amarelo: cores do Brasil e paixão pelo futebol tomam conta do morro



Moradores atentos assistem ao segundo jogo do Brasil na Copa do Mundo em um boteco na Mangueira



Favela tem diferentes cheiros pelas ruas: churrasco, maconha, esgoto, pólvora

Esquecidos

# Copa não chegou na Vila das Torres

Mesmo a 4 km da Arena da Baixada, comunidade não recebeu melhorias com o Mundial

Nas ruas estreitas e mal pavimentadas, são as bandeiras coloridas pintadas no chão e as fitas verdes e amarelas penduradas em zigue-zague nos postes de luz que tornam a Vila das Torres o bairro mais alegre da fria Curitiba. O futebol está por todos os lados. Num 4-4-2 improvisado, meninos batiam bola até as mãos chamarem para o almoço. A conversa nos bares ainda era sobre o fracasso da esperada Espanha, que jogou em Curitiba no último dia 23.

Halisson e Anderson ("Halisson com H", como o pequeno faz questão de enfatizar), de 12 e 11 anos, jogam no meio da rua, mesmo com o campo a uma quadra de distância. "Às vezes dá tiro lá", eles respondem, e "é porque tem uma guerra" – são eles quem nos salvam, aliás, de continuar seguindo em direção à rua proibida, "onde só entra quem quer morrer". Pose, bola nos pés, bola pro alto. Sem perceberem, o resto da equipe volta ao meio de campo e o jogo recomeça – é hora de deixarmos o gramado. A distância de 4 km que separa o Estádio Arena da Baixada do pequeno time de Halisson é muito maior na realidade.

A Vila das Torres é rodeada por típicos bairros de classe média de Curitiba. De um lado da rua está a comunidade e do outro, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), maior universidade privada da capital paranaense. Os recursos que Curitiba recebeu para se preparar para o Mundial foram, principalmente, para obras de mobilidade urbana, além do estádio. Na Vila das Torres, duas novas "trincheiras" – vias que ligam pontos importantes da cidade – foram construídas entre ruas que cortam a comunidade.

## O planejamento esquecido da Vila das Torres

Em um ambiente de vulnerabilidade social, a principal luta é pela garantia da educação infantil. Na comunidade, o número de crianças em idade escolar é de aproximadamente 700, e ao menos 200 esperam por uma vaga na creche. "Significa 200 mães sem oportunidade de trabalhar, 200 crianças sem assistência ou um maior cuidado em relação à alimentação", explica Jardel Neves Lopez, 29 anos, funcionário do Centro Educacional administrado pela Rede Marista próximo à Vila das Torres. Só em Curitiba, são dez mil crianças sem vaga na creche. "Não é possível comparar o que acontece na Vila das Torres com outras comunidades recém-criadas. Aqui a situação é a mesma há 50 anos", afirma. Os projetos mantidos pela congregação religiosa na comunidade, com parceria e convênios entre prefeitura e governo federal, garantem o funcionamento de uma creche, um centro de saúde, e o Serviço de Atendimento Socioeducativo (SASE), que oferece oficinas e o programa Jovem Aprendiz.

## Futebol é a única opção de lazer para os moradores

Outro grave problema da Vila é o que faz de Curitiba referência: planejamento urbano. A comunidade concentra muitos catadores e possui depósitos de lixo reciclável sem fiscalização, atraindo ratos. Somado a isso está o fato do rio Belém – que atravessa Curitiba – desaguar, assim como todo o esgoto da área central da cidade, na Vila das Torres sem qualquer tipo de tratamento. "Ano passado morreu um menino que estudava aqui por leptospirose. Em plena Curitiba, pessoas ainda morrem com esta doença", lamenta Jardel.

Na cadeia de vulnerabilidade que surge pela insuficiente presença do Estado, um problema gera outro. "Crianças fora da escola ficam vulneráveis às drogas. Cresce a violência e a sensação de insegurança", afirma Jardel. No último caso, o Estado se faz presente por meio da repressão.

"Houve investimentos na região, mas não para agregar. O que parece é que querem nos esconder", afirma Wilian Coutinho Duarte, 21 anos, auxiliar de informática da PUC e morador da comunidade. Nesse cenário, o futebol é a única opção de lazer. "O pessoal gosta muito de futebol. É a válvula de escape. E é simples, uma bola e está tudo certo".

## A Copa que não chegou aqui

Nas paredes verdes da pequena sala de estar de Dona Maria, quadros e fotografias dividem o espaço com decorações para a Copa. Espaço que, aliás, faltava para abri-

gar na estante todos os troféus do Grêmio, um dos times de futebol da Vila das Torres.

Na comunidade desde 1978, Dona Maria começou sua história no Grêmio como torcedora, em 1992, e, dez anos depois, era a lavadora oficial do uniforme dos jogadores. "Aí comecei a lavar as meias dos meninos, marcar jogo, chamar a Kombi pra ir até os campeonatos de outros locais. Eu é que resolvo tudo hoje".

A mensalidade de 15 reais paga por cada jogador é usada para comprar sabão, pagar o motorista e comprar um uniforme novo quando preciso. Enquanto explica, vai até a cozinha e volta com um caderninho e uma caneta. "Eu não tenho estudo, mas marco todas as contas bem certinho", diz, ao mesmo tempo em que mostra páginas

e páginas de somas e subtrações. "Esse mês, só recebi de cinco jogadores até agora". Até o dia 20 de junho, o caixa do clube somava R\$ 250.

Dona Maria preside o Grêmio há oito anos. Com quase 20 jogadores, a idade dos "atletas" varia entre 15 e 45 anos. Os jogos são disputados com times de fora da comunidade, como São José dos Pinhais, Ganchinhos, Pinhais e Tijuca.

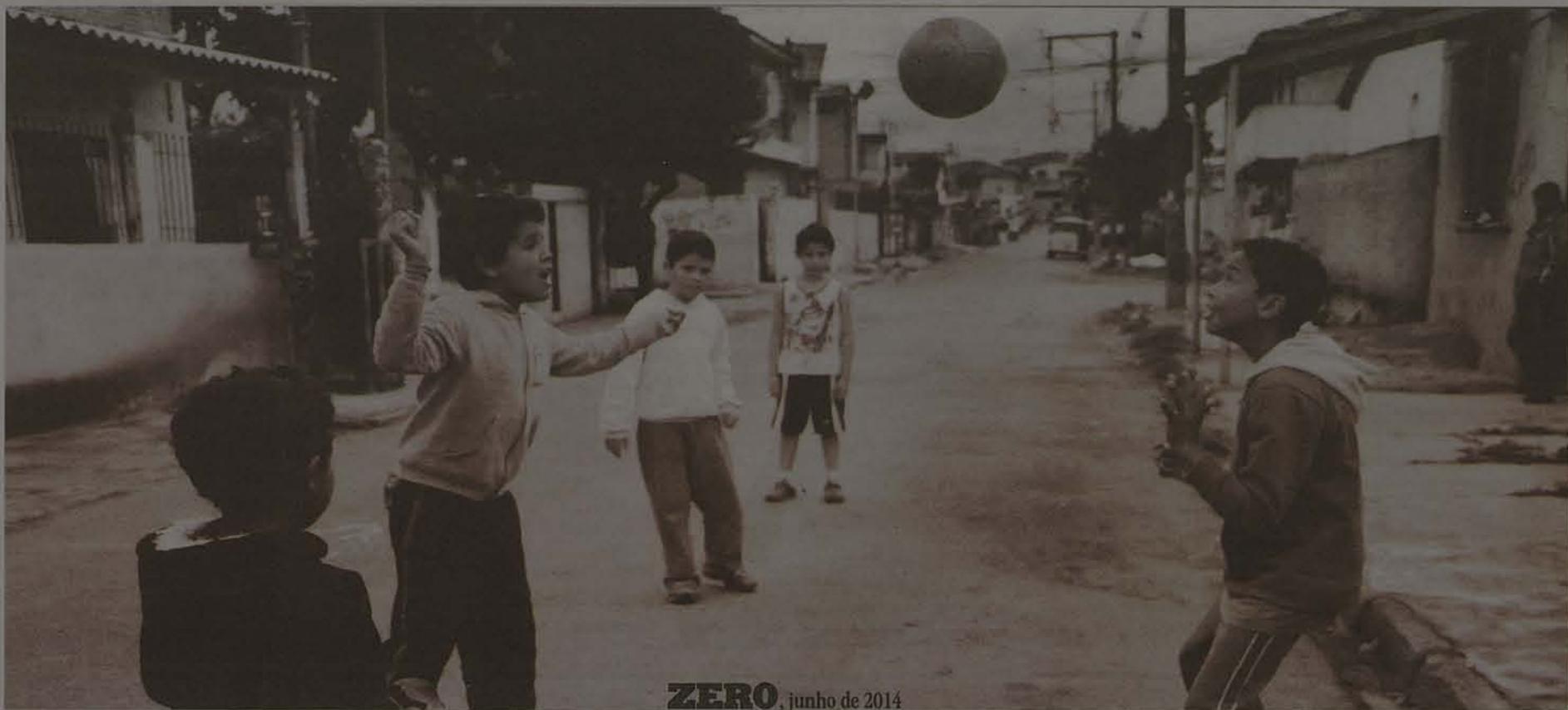
Da estante do quarto, Dona Maria tira grandes malas pretas que guardam os uniformes dos jogadores e as coloca sobre a cama box – "É a coisa mais valiosa que eu tenho, essa cama". A aposentada mostra os meiões, bermudas e bolas usadas pelo seu Grêmio – esclarecendo, sem dizer, qual é na verdade a coisa mais valiosa que possui.

Os olhos alegres ficam mais brilhantes quando o assunto é Copa do Mundo, apesar da frustração no que se refere aos investimentos – no caso da Vila, os que não foram feitos. "Todo mundo ficou pensando que alguma coisa ia melhorar. Nada mudou. Aqui a prefeitura nunca passou. A Cohab ficou de reformar minha casa, mas ainda tô esperando", diz com tom de conformação. A paixão pelo futebol ainda deve bastar para continuar acompanhando o maior evento da Terra que não trouxe nenhum ganho à Vila de Dona Maria.



Maria comanda o Grêmio da Vila

Isadora Ruschel  
isadoracastanhel@gmail.com  
Poliana Dallabrida  
poliana.dallabrida@gmail.com



ZERO, junho de 2014

# Abertura do Mundial e da casa nova

Grupo aproveita festa do primeiro jogo para ocupar prédio em área nobre de São Paulo

**D**urante a abertura da Copa do Mundo em São Paulo, dia 12 de junho, dois grupos de pessoas vestidas com camisetas verde-amarelas, animadas e entoando gritos de torcida pelo Brasil passavam pela Rua Pamplona, a duas quadras da Avenida Paulista, em clima de festa. Um grupo levava instrumentos musicais: baixo, guitarra, bateria e um gerador. Quando passaram em frente ao prédio Vicente Gravina, as cerca de 200 pessoas se uniram e o fluxo virou para a porta do prédio. Enquanto um ligava o gerador, outro puxava o fio e o conectava em uma serra elétrica. Em 40 segundos, a fechadura do edifício estava serrada. No meio da tarde, sem presença policial, começava a primeira ocupação nos Jardins, região nobre da zona Oeste de São Paulo, onde o aluguel de um apartamento de 95 m<sup>2</sup> custa mais de R\$ 3 mil.

A ocupação foi realizada pelo Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC) com ajuda de coletivos de arte, Movimento Passe Livre (MPL), fanfarra do M.A.L. – grupo que se organiza para apoiar e tocar em manifestações. Lá dentro, amigos, idosos, famílias e crianças. Madalena Maria de Andrade, 44 anos e mãe de seis filhos, participou da ocupação. “Espero que tenha sempre esse horário de ocupação,



Edifício no bairro Jardins é dividido em dois apartamentos por andar e abriga estudantes, idosos e crianças

porque quando as ocupações são de madrugada, fico muito ansiosa, levo meu filho geralmente dormindo, aí pesa muito”, conta. Atualmente, ela mora em uma ocupação na Rua Libero Badaró, no Vale do Anhangabaú, onde se encontra a tenda da Fifa Fan Fest.

O músico Andy Marshall, 27 anos, organizou a ocupação com Guilherme Land, publicitário. “Nós ficamos viciados em abrir porta de prédio. É uma adrenalina para o bem, dependendo da tua intenção”,

diz Marshall, que critica as ocupações que cobram aluguel dos moradores. Segundo ele, a ocupação da Pamplona é a primeira com a proposta de unir movimentos por moradia com movimentos artísticos. A intenção, de acordo com ele, é que a ocupação traga uma proposta de convívio coletivo, proposições de arte e realização de oficinas pelos próprios moradores, para incentivar o compartilhamento de habilidades.

Os vizinhos tiveram reações bastante distintas. Segundo Marshall, alguns gostaram, outros estão curiosos e um gritou “bando de vagabundos!”. Alguns trabalhadores da região já foram perguntar como se cadastrar. Há 60 famílias cadastradas, entre elas várias pessoas que trabalham em local próximo ao prédio e demoram muitas horas para chegar ao trabalho, outras moram na periferia, outras não conseguem pagar aluguel, outras ainda procuram maneiras alternativas de viver. Uma das moradoras trabalha em uma empresa perto dali e morava no bairro Itaquera. Quando começaram as obras do Itaquera, o aluguel que pagava foi de 500 reais.

Procu-

rou a ocupação porque é próxima ao emprego.

O prédio tem 15 andares e está dividido em dois apartamentos por andar, cada um com três quartos. A entrada e as paredes são escuras, com luzes fracas. A cozinha e a comida são coletivas e há projetos para que os moradores plantem alimentos, com oficinas realizadas por um especialista em jardinagem que está na ocupação. Maria Cristina de

## Distância do trabalho e alto preço do aluguel motivam famílias a ocupar o prédio

Cássio, 37 anos, ajudava a preparar o almoço. Ela é massoterapeuta, mas vive de bicos como garçonete e cozinheira. Faz um ano que mora em uma ocupação porque “não dava para pagar aluguel, fazer faculdade e se manter”. Admite que tinha preconceito com movimentos de ocupação e depois que conheceu viu que “tinha família, estudante, idosos, crianças, solteiros, todo tipo de gente. Não é como falam lá fora. Eu gosto muito”, diz Maria Cristina.

As três senhoras sentadas – duas em cadeira e uma em uma gaveta colocada na vertical – no que parecia ser a sala do apartamento contavam histórias de muitas ocupações e

militância. Madalena Maria de Andrade saiu de Recife e foi para São Paulo com 16 anos para trabalhar como babá. Alguns dos seus seis filhos moram com padrinhos, outros com ela. Desde que se separou do ex-marido, há dois anos, arrumou as roupas em uma mala e mora em ocupações. “Eu não sou boba de morrer na mão de homem”, é o que fala sobre o “pai das crianças”, como costuma chamá-lo. Madalena conta que sempre morou em cortiços e espera uma resposta dos cadastros que fez nos programas de habitação da prefeitura. Já chegou a receber uma chave, mas se recusou a ir porque o local era longe de escola, comércio e acesso a transporte público. Desde então, há nove anos, não foi chamada novamente por programas de habitação.

Marcionilia Nunes de Lima, de 59 anos, tem técnico em enfermagem e foi de Brasília para São Paulo em 1981, também para trabalhar como babá. Espera há quase 40 anos ser chamada por um programa de moradia. Militante desde os 16 anos, começou a trabalhar ainda com 7, cuidando de crianças, e não desiste de lutar por moradia. “Eu digo de cabeça erguida: quantas ocupações tiverem, vou estar mostrando a minha cara para dizer ‘eu estou viva, meus netos estão vivos.’”

Rosa Camilo Bartel, de Pernambuco, tem 61 anos, três filhos e é a mais velha da ocupação. Já participou de outras 18 ocupações e se espantou com a quantidade de jovens no prédio. “Tudo jovem, tudo doido. Sentei, olhei pra cara de cada um. Agora vou tentar descobrir qual o intuito desses meninos”, fala, um pouco confusa.

À tarde, no térreo, acontecia o cadastramento. Marcionilia foi chamada para se cadastrar e fazer a entrevista, na qual foi questionada sobre a possibilidade de dar uma oficina de enfermagem. Mulheres e crianças estavam sentadas na escada, esperando para se cadastrar.

Para todos eles, é o início de uma nova vida.

Maria: “Não dava para pagar aluguel, fazer faculdade e se manter”

Raissa Turci  
raissa.turci@gmail.com  
Thais Ferraz  
thaisferrazrf@gmail.com

# Tem Copa do Povo fora do Itaquerão

Quatro mil famílias ocupam terreno

**N**uma área íngreme, com muita lama e algumas árvores, mais de quatro mil famílias usaram madeira, pedras e lona para fazer dali seu lugar para morar. A 4 km do Itaquerão, zona Leste de São Paulo, barracos se amontoam na ocupação "Copa do Povo", realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) na madrugada de 3 de maio. Os moradores estão otimistas quanto ao futuro e esperam conseguir moradia. Muitos saíram do nordeste e várias famílias são compostas apenas por mães e filhos.

A ocupação se dividiu em oito grupos, cada um com coordenador e cozinha coletiva. Os acampados revezam os serviços e fazem mutirão de limpeza a cada três dias. Há um banheiro coletivo, com água encanada e chuveiro quente. As cozinhas possuem fogão, armários e panelas, mas não têm água nem geladeira. Em cada cozinha, colado na madeira, um papel com foto e a história de um operário que morreu durante as obras da Copa. Regras da ocupação: não brigar com ninguém e dividir os mantimentos.

Durante a abertura do Mundial, no dia 12 de junho, os acampados realizaram uma festa de abertura do "Troféu Copa do Povo", campeonato que terá sua final no dia da final da Copa. O campeonato do terreno no Itaquerã tem times femininos e masculinos, divididos por profissão, como os times dos garis, metroviários, professores e estudantes.

Sandro Kalfemam, coordenador do grupo 2, afirma que a área, com cerca de 150 mil m<sup>2</sup>, estava abandonada há mais de 30 anos. "Vivia cheio de lixo, desova de corpos e carros", conta, antes de mostrar um carro virado e carbonizado no meio do terreno. Relata que a reintegração de posse foi negociada com o Estado, que irá comprar o terreno. Há um projeto para que a construtora proprietária do local construa moradias para os ocupantes. Sandro diz que a entrada da ocupação no Plano Diretor de São Paulo está em negociação. "Vai dar certo. Tem que pensar positivo, né?"

Muitos procuraram a ocupação devido ao preço do aluguel, que subiu com a construção do Itaquerão.

Sandro é um deles: pagava R\$ 280 em dois cômodos e, durante a obra da Arena Corinthians, o aluguel subiu para R\$ 450. "Tem casa na rua que a gente mora que está custando R\$ 800, três cômodos. E aqui não é um bairro valorizado, mas por causa do campo ficou assim."

Brasília de Santos, mãe de seis filhos, é costureira e montou sozinha o seu barraco, com banheiro improvisado, colchão sobre pilhas de pedras e vaso de flores sobre uma mesinha. Saiu da Bahia e foi para SP há 35 anos e, desde então, mora na mesma casa. Pagava R\$ 300 por um cômodo e um banheiro. O dono faleceu, os filhos dobraram o preço e querem vender o imóvel. "A minha renda e a do meu marido dava um pau e pouco [sic]. Então ninguém vai comer, pagar água e luz só pra pagar aluguel?". O marido, 79 anos e aposentado por invalidez, continua na antiga casa e, às vezes, dorme na ocupação. Ele e os filhos querem que Brasília saia de lá, preocupados com problemas de saúde dela. Ela permanece porque já se cadastrou e quer conseguir uma casa. "Se ganhar, é pros meus filhos, porque não me interessa mais nada. O que eu tinha para aproveitar da vida, já aproveitei", diz a senhora de 57 anos.

Márcia da Paixão, 51 anos, veio de outra ocupação. Esteve lá por

## Valorização dos imóveis resultou em acampamento

três meses, até que "entrou polícia e não deu nem 15 minutos pra nós, já foi derrubando os barracos". Vive desde 2004 em ocupações e, antes, morava na favela São Mateus. Cozinha e diz, otimista, "a gente vai ficando até ver onde vai dar, mas tenho certeza que aqui já deu." Pernambuco, foi para São Paulo há 14 anos, junto com o irmão, parado ali ao lado.

Marcílio, o irmão, tem 37 e trabalha como representante comer-



Vida compartilhada exige mutirão de limpeza, divisão de mantimentos e proíbe brigas entre moradores



Acampados organizaram um campeonato de futebol paralelo à Copa com times separados por profissão

cial e motorista particular nos finais de semana. Chegou à ocupação um mês depois da irmã. "Vim pra cá tentar pelo menos sair do aluguel" - R\$ 1.100 em um sobrado com quatro quartos e dois banheiros. Com certo orgulho e um pouco de timidez, conta que nasceu para trabalhar, mas não para ser subordinado. "Tive problema aqui em São Paulo, porque um encarregado veio me insultar, me chamou de trouxa. Eu, nordestino, não sabia o que ele tava falando, primeira coisa que fiz foi pegar um facão e correr atrás dele. Peguei 15 dias de suspensão." Entre risos, diz que "hoje meu patrão é meu cliente. A indústria que represento vende pra loja dele. Ele diz 'é, quem te viu e quem te vê', e eu respondo 'é, tô aqui pra trabalhar.'"

Na cozinha do grupo 3, Kátia Bento, paulistana, 39, ajuda a fazer o almoço. Há um mês e meio na ocupação, mãe de seis filhos,

desempregada, foi para lá porque morava na casa do irmão. "Tentei diversas vezes o Minha Casa, Minha Vida (MCMV), o Bolsa Família, nunca consegui pegar". Também se cadastrou na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), mas nunca foi chamada. "As notícias dão aí que a classe baixa tá subindo pra média. O desemprego diminuiu, mas diminuiu pra quem tem estudo e muita gente para de estudar pra trabalhar". Enquanto falava que o aluguel perto do estádio aumentou e que um quarto e cozinha não sairia por menos de R\$ 400, é interrompida por outra mulher que também cozinha ali: "fui tentar alugar um antes de vir pra cá e tava 700 pau, fia."

Silvio Santos, "o preto, o pobre", como se definiu, tem 50 anos, veio da Bahia com 15 e está com a esposa na ocupação. Moram de favor em casa de parentes e esperam conseguir um lugar ali. "Essa é a terceira [ocupa-

ção] que participo, nenhuma deu certo. Essa eu acredito que vai dar pela organização e seriedade." Para ele, o Mundial "é uma realidade totalmente diferente das nossas condições. A Copa é lá e a gente tá aqui, a gente tem necessidade. É isso que a gente quer que eles enxerguem, porque gastaram bilhões com estradas, viadutos, estádios e o povo que precisa de moradia eles não dão atenção."

De dentro de um dos barracos, podia-se ouvir a voz de Djavan em um radinho colorido a pilha. Ali fica o ex-morador de rua Valdecir Nunes, que começou a participar do MTST ano passado e obteve auxílio aluguel. "O que eu consegui, quero que todos consigam. Me acomodar, por quê? Eu vou à luta". Sobre a ocupação Copa do Povo, é taxativo: "já deu certo. Eu creio."

# “Ação sem possibilidade de diálogo”

Governo não negociou e cinco mil pessoas foram desalojadas de terreno da Telerj/Oi

Os rumores da reintegração de posse do terreno da extinta empresa de Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro (Telerj), atual Oi, zona norte do Rio, circulavam entre as mais de cinco mil pessoas que ocupavam a área desde 30 de março. Munida de armas letais e não letais, uma equipe de 1.650 policiais chegou ao local na madrugada de 11 de abril com o objetivo de desocupar 36 mil metros quadrados, além dos edifícios e galpões que compõem aquela que chegou a ser conhecida como “Favela Telerj”.

Após um longo confronto, 27 detidos, vários repórteres agredidos e crianças intoxicadas por inalação de gás lacrimogêneo, o grupo, já bastante fragmentado, seguiu para a frente

da prefeitura, na Cidade Nova. Outra remoção tem início, dessa vez sem a mesma resistência, mas não menos truculenta. Os desabrigados montam um novo acampamento aos pés da Catedral Metropolitana do Rio. Um acordo entre moradores e membros da cúria resulta na transferência das famílias para o ginásio localizado no pátio da Igreja Nossa Senhora do Loreto, na Ilha do Governador, onde permanecem até hoje. O Aeroporto Internacional Tom Jobim, por onde a maioria dos turistas que visitarão a capital fluminense até a final da copa deve passar, fica a menos de um quilômetro do alojamento improvisado.

Sheila Felismino acompanhou tudo desde o primeiro dia. Ela conta que a noite que precedeu a remoção do terreno da Telerj foi de muita apreensão. A escuridão era absoluta. “Nós imaginávamos que a polícia chegaria, mas jamais sonhamos que a ação seria feita durante a madrugada e sem qualquer possibilidade de diálogo. Eles nos expulsaram de forma covarde e ficaram com nossas coisas, compradas com nosso suor. Fogão, cama, roupas, botijão de gás – não permitiram que pegássemos nada, nem nossos documentos. O Estado nos assaltou.”

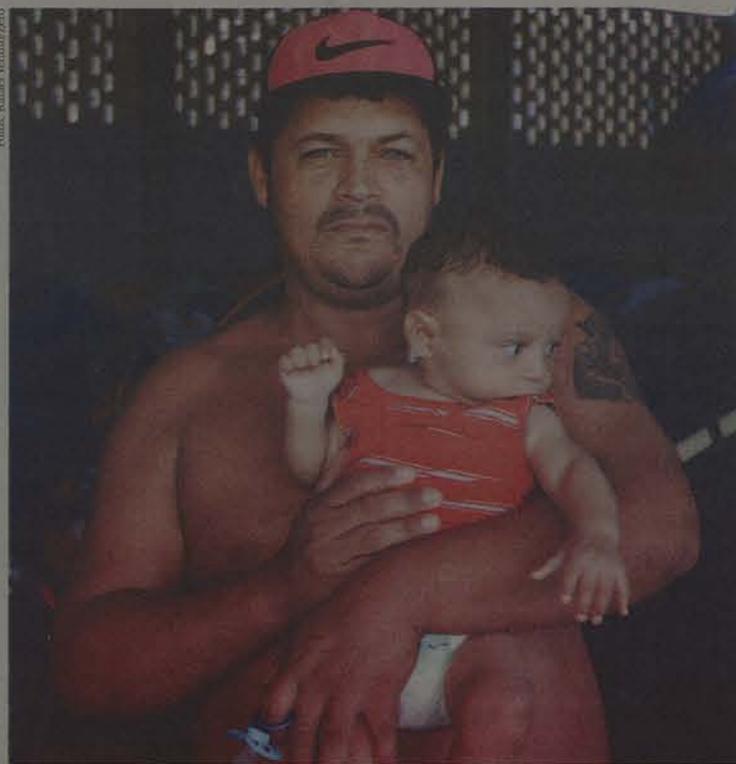
A mesma situação viveu o pedreiro Carlos Alessandro de Souza. “Nunca fui tão humilhado”. Ex-morador da favela do Jacarezinho, região norte da cidade, Souza só conseguiu deixar o barraco de madeira que havia construído com a ajuda da esposa porque amigos fizeram um cordão de isolamento. Seu filho mais novo, Carlos Júnior, atualmente com quatro meses, ficou o tempo todo no colo do pai.

A ocupação do terreno aconteceu por motivos variados, principalmente a alta nos preços dos aluguéis e as remoções em função da Copa e Olimpíadas. O lugar, antes dominado por usuários de drogas, principalmente crack, segue sem utilidade apesar de o prefeito Eduardo Paes (PMDB) e a presidente Dilma Rousseff (PT), em junho de 2010, terem sinalizado a compra da área, ociosa há quase vinte anos. A proposta do poder público era construir no local o conjunto habitacional Carioca 2, através do programa “Minha casa, minha vida”, mas não há previsão de quando o projeto sairá do papel nem de quantas famílias envolvidas no caso da Telerj/Oi serão atendidas. Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), o terreno ainda pertence à empresa de telefonia e até o momento foram realizadas 158 inscrições no Cadastro Único para projetos sociais do governo federal. As demais não estavam na igreja ou não compareceram ao Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas Stella Maris) para participar do levantamento.

Tal versão é contestada por diversos moradores. Eles afirmam que jamais foram procurados para conversar desde a época da ocupação.

Na igreja, o clima é de desolação. As dezenas de barracas simetricamente espalhadas pelo piso do ginásio abrigam 209 famílias. Pelo menos 80 crianças estão no local. Muitos não estudam por falta de vagas nas escolas e creches da região. Elas se divertem jogando bola enquanto os adultos conversam à sombra das árvores na escadaria do templo.

A SMDS informa que está fazendo



Carlos Souza precisou de ajuda para deixar o barraco com seu filho

o encaminhamento das pessoas sem documentação para a retirada da 2ª via. Vários são os relatos, no entanto, de pessoas que não tem como refazê-la. Para o pedreiro Souza “o preço da passagem é muito alto. Se eu ou minha esposa queremos ver os nossos outros quatro filhos, que estão na casa de parentes, dependemos de pelo menos 12 reais cada um. Precisamos fazer escolhas com o pouco que temos. Prefiro ver meus filhos.”

Rodrigo Moreira é um dos representantes eleitos pelos desabrigados e critica o que classificou de “descuido” por parte de alguns. “Quando você ocupa um local, o mínimo que você precisa ter é sua documentação em dia. Como o poder público vai

poder ajudar alguém que não existe formalmente?”, questiona ao sair de uma audiência na Câmara Municipal. Nela, a prefeitura do Rio propôs que o grupo seja levado para a localidade de Urucânia, no bairro de Santa Cruz, zona oeste. A região fica a mais de 50 quilômetros do centro da cidade e a alternativa está sendo avaliada pelas famílias, mas Moreira enfatiza: “quem não tem onde morar, não pode escolher muito, tem que aceitar o que eles derem”.

Bianca Bertoll  
bertollbianca@gmail.com

Rafael Venuto  
rafael.vnt@gmail.com

## Comitê denuncia violações

Criado em 2010 e formado por militantes de movimentos sociais, universitários e moradores que tiveram casas destruídas ou ameaçadas, o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro atua como mediador em situações de violação dos direitos humanos. Semanalmente, cerca de 40 integrantes se reúnem para discutir ações. Em junho, foi impressa a terceira versão do dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, elaborado pelo Comitê. O documento registra os despejos e ilegalidades envolvendo mobilidade, trabalho, esporte, economia, meio ambiente e segurança pública. O Comitê contabiliza 3.507 famílias (12.275 pessoas) de 24 comunidades que “foram removidas por obras e projetos ligados diretamente aos megaeventos esportivos”. A Secretaria Municipal de Habitação diz que “a Prefeitura do Rio não está realizando nenhum reassentamento em função da realização da Copa do Mundo. Para os Jogos 2016 será necessário reassentar parte dos moradores da comunidade Vila Autódromo, em Jacarepaguá [583 famílias]”.



Prefeitura sugeriu mudança para localidade a 50 km do centro de RJ



Desabrigados estão num ginásio e não tem previsão de novas casas

Moradia incerta/Porto Alegre

# Famílias removidas em obra da Copa

Moradores aceitam deixar casas apenas com a garantia de que vão ocupar outra imediatamente

Não há turistas comemorando vitórias nas vilas da zona Sul de Porto Alegre, ou decoração verde-amarela nas fachadas e ruas. Lá, os principais vestígios da Copa estão em terrenos baldios, onde sacolas de lixo, sofás, brinquedos e outros objetos pessoais se misturam aos restos de tijolo e madeira de casas que foram ao chão para que fosse feito o alargamento da Avenida Tronco. Anunciada como principal obra de mobilidade do evento, o projeto impôs a retirada de 1.525 famílias da área. Algumas delas se mobilizam contra as remoções, desgastando a relação tanto com a Prefeitura quanto entre os próprios vizinhos.

Prevista há quatro décadas no plano diretor municipal, o alargamento da avenida iniciou em maio de 2012, incluída, a princípio, no pacote de obras de mobilidade para a Copa. O projeto prevê modificar 5,3 quilômetros, entre o Jockey Club de Porto Alegre e a Avenida Doutor Carlos Barbosa, com R\$ 156 milhões em recursos. Em junho de 2013, diante do atraso nas remoções das famílias e dificuldades na obtenção de recursos, a obra deixou de ser para o evento e foi transferida para o PAC Mobilidade. Hoje, menos da metade das famílias foi removida e a obra não tem prazo de conclusão.

Em alguns trechos atingidos pelas obras, há ruas bem arborizadas com casas amplas de dois andares, fachadas de concreto decoradas por jardins floridos. O contraste

aparece em vielas de chão batido, repletas de sacos de lixo e moradias à margem do esgoto a céu aberto. O Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) cadastrou 1.525 famílias para o processo de remoção - o cadastro está nas fachadas das casas, um número em vermelho seguido do símbolo do DEM HAB. Destas, 15% possui renda superior a três salários mínimos, conforme estudo da Prefeitura. Cerca de 720 já deixaram suas moradias. Como contrapartida à remoção, podem optar por bônus-moradia de R\$ 52.340 ou uma avaliação do imóvel para indenização. Com o



Cerca de 720 famílias deixaram as casas até agora para a ampliação da avenida, mas execução do projeto, iniciada em 2012, está atrasada

dinheiro, podem comprar outra residência, desde que possua escritura. Outra opção são as casas populares, que ainda estão em fase de projeto. Enquanto aguardam, as famílias removidas recebem aluguel social de R\$ 500.

Funcionário de um posto de combustível, Valtair Rosa mora em uma casa modesta, cercada por tapumes marcados com números vermelhos (238), indicando que a avenida passará por ali. "Pelo valor que querem me dar, não encontro casa com escritura. Até vi uma no bairro Restinga,

por 45 mil, bem melhor que a minha, mas era sem escritura", reclama. Na rua, uma dezena de cães disputa sacos de lixo e nenhuma bandeira do Brasil decora os bar-

racos. "A Copa foi boa para os ricos, aqui nada", diz Valtair Rosa.

Na Associação de Moradores da Vila Tronco, bandeiras do Brasil decoram a recepção. Presidente da associação desde 1998, Paulo Jorge Cardoso desenha em uma folha A3 a capital gaúcha, para explicar o projeto viário que atravessa a vila. O desenho mostra as margens do lago Guaíba, e as vilas no meio do caminho entre zonas Sul e Norte. "Vem a Copa e pensamos, 'por que não o alargamento da avenida incluída nas obras do evento? Sabe que político tem olhos de voto. Apresentamos o

projeto e foi aceito". O presidente diz que o diferencial da obra é o projeto habitacional para as famílias removidas - indenização ou moradia popular. "Claro que tem casa por 50 mil na região! Tem barraco aqui que não vale nem 15 conto!", diz, quanto às queixas de moradores sobre o valor do bônus. Para Cardoso, a lentidão se deve à dificuldade em transferir famílias para moradias populares. "As empresas não querem construir para pessoas de baixa renda."

Boina inclinada, sobretudo xadrez e cachecol protegem do frio o aposentado José Fachel Araújo, ou "Zé", 74 anos. Morador da vila Cruzeiro há 40, apesar da fala baixa e trêmula, tem um discurso incisivo: "nada de aluguel social, em que a Prefeitura atrasa o pagamento. Ou bônus-moradia, com valor impossível de comprar algo na região". Zé integra o Comitê Popular da Copa. É um dos responsáveis pela campanha "chave por chave", criada para garantir que as famílias deixem as moradias e imediatamente ocupem outra. O Comitê participou das atividades do Bloco de Lutas, em protestos no centro da cidade e dentro das vilas.

Quando fazem referências uns aos outros, representantes das associações e comitê utilizam termos como "o pessoal lá de cima" ou "lá do outro lado". Zé, do Comitê Popular da Copa, diz que a entidade atuou sozinha. "Quando chegou o momento de todos pressionarem o Governo, o pessoal lá de cima (associações)



Zé participou dos atos do Bloco de Lutas e milita em prol das vilas

se entregou, através das lideranças comunitárias que são chegadas ao Governo", disse. Defensora do projeto de alargamento da Avenida Tronco e remoção das famílias, Bernadete Fagundes Dornelles representa a Associação de Moradores da Cruzeiro. "Não dá pra ir contra quem está no poder. Faço política e oposição apenas durante a eleição", diz. Na mesma direção, o presidente da Associação de Moradores da Vila Tronco, Paulo Jorge Cardoso, chama de analfabetos aqueles que resistem às remoções. "Quem são os descontentes num projeto grande desse aí? Os analfabetos e marionetes de político. Eles acreditam que vão sair perdendo", dispara. "Não dá para ir contra o progresso", completa Dornelles.

Não há estudo sobre o destino das famílias removidas das vilas, apenas relatos dos moradores que

ficam. "Algumas famílias voltam para as cidades de origem, no interior. Outras foram para as praias. Vão fazer o que lá? Nem sabem pescar", diz Zé, do comitê. Conversando com moradores, surgem boatos sobre irregularidade. "A vizinha conseguiu três bônus e apenas duas famílias moravam naquela casa", conta um morador. Membros do Comitê de Obras da Avenida Tronco admitem que existem falhas na fiscalização. À parte das disputas políticas, ou associações e Comitês, Valtair Rosa reclama da falta de informação sobre o próprio destino. "Vou ter de sair, não adianta. Uma empresa contratada pelo DEM HAB marcou a minha casa e me cadastrou. Depois nunca mais voltaram".

Mateus Vargas

mateusbandeiravargas@gmail.com

# Repressão trava protesto na estreia

Enquanto Seleção se preparava para abertura, black blocks gritavam contra torcedores

No dia da abertura do Mundial, as perspectivas de #vaitercopasim e #nãovaitercopa entraram na reta final de sua rota de colisão. Se acirrou a oposição entre o verde amarelo de quem queria ver o jogo e o vermelho e preto dos que queriam que ele não ocorresse. Assim, torcedores, manifestantes, policiais, jornalistas, sindicalistas e advogados se prepararam para um dia intenso, com motivações tão diversas quanto seus objetivos: Torcer, protestar, reprimir, cobrir, lutar pela categoria, defender ativistas.

"A PM deixou aviso por aqui explicando que amanhã terá manifestação e que não se responsabiliza por depredação dos carros que estiverem nas ruas." Contava, na véspera, Bianca Rotás, que mora perto da estação de metrô Carrão, na Zona Leste de São Paulo, próximo ao Estádio do Corinthians. Mesmo sem ter recebido diretamente a recomendação, alguns taxistas a seguiam, já que seguros automotivos não cobrem vandalismo. João\*, taxista há 5 anos, descobriu isto na pele. "Uma pedrada num ato rachou o vidro da frente. Falei para a seguradora e descobri que não cobrem. Vou ter que arcar com o conserto" lamenta, decidido a não trabalhar na abertura caso houvesse protestos.

## Pancadaria

Balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral são utilizadas sem parcimônia ou critério. Pegos de surpresa na Radial Leste -- principal via de acesso ao Itaquerão --, a maioria dos cinco mil manifestantes corre, apenas para dar de cara com linhas de contenção da polícia. Parte do ato esboça uma reação, incendiando barricadas e arremessando pedras. Posicionados atrás do Choque, alguns bombeiros são atingidos e em resposta usam mangueiras para jogar água nos manifestantes. No meio do caos, com o ar tomado por gás, objetos voando, bombas explodindo e alarmes de todos os carros da vizinhança disparando, surgem os primeiros presos e feridos.

Buscando refúgio, manifestantes vão para o Sindicato dos Metroviários, que também havia convocado o ato e tem sua sede às margens da Radial Leste. Depois de sofrer com a violência policial durante sua greve, os metroviários querem evitar con-

Gabriel Shlozawa/Zero



frontos e, com um carro de som, convidam todos a entrar. A massa fica em dúvida se entra ou fica do lado de fora. A PM se aproveita da indecisão, cerca o protesto e dá um ultimato: 10 minutos para dispersarem.

Dispersaram, e quem queria continuar o ato resolveu ir para o metro Tatuapé, a 1 km dali. No caminho, bandeira do Brasil queimada, bate-boca com quem veste camisa da Seleção - "um patriota, um idiota" vesus "vão trabalhar, cambada de vagabundo" - além de nova intervenção do Choque.

Em grupos menores, os remanescentes chegam à estação, mas a encontraram bloqueada pela polícia, para a revolta tanto dos manifestantes quanto de quem pretendia usar o transporte. Parte da entrada é liberada, só para os que não tem relação com o protesto.

## Disperso

Um grupo de cerca de 40 pessoas debate o novo destino. Alguém havia ouvido que haveria algo na Praça Roosevelt. Outros, que "tá quebrando o pau numa estação". Qual, não há certeza. Carrão? Sé? Penha? Resolvem caminhar até a mais próxima - Penha, a 4 km -, sob o sol de 12h30. Não demora e aparecem sete viaturas da Ronda Tática - e até uma da Ronda Escolar. A caminhada é lenta

e, na Radial, ganha nova companhia: em número muito maior, ao longo de toda via, estão centenas de torcedores, que esperam a passagem do ônibus da Seleção Brasileira.

Alguém conclue que, para mostrar revolta com a Copa, o melhor é protestar contra a Seleção. Com pedras, uma estratégia de emboscada começa a se delinear. Antes que tome forma, 4 homens com camisa do Brasil intervêm. Após tentar socar um ativista, o aparente líder do grupo - um senhor de cabelos grisalhos, perto de 60 anos e não receptivo à ideia de se identificar - ameaça os manifestantes. "Se jogar pedra vão tomar tiro. Tiveram muito tempo pra protestar. Agora querem se aparecer pra sair em jornal internacional."

A convicção das ameaças intimida os ativistas. Vestidos em preto, vermelho e variações, são um elemento destoante do mar de verde e amarelo que vai tomando a radial. Em número muito menor, já não xingam os "patriotas" e fazem os comentários sobre "coxinhas alienados" em voz baixa e entre si. Persistem caminhando, mesmo no calor e com feridos. Entre os machucados, está Jesus, com um foi apelidado. Cabelos desgrenhados, barba, sem camisa e ferimentos de bala de borracha sangrando pelo corpo, a comparação é compreensível. Chegam à Penha e só conseguem entrar após negociar com a PM - todos, incluindo torcedores que iam ao Itaquerão, são revistados. Tomam a direção contrária do estádio e vão para o Centro - entoando, para a surpresa

dos seguranças do metrô, "sem vandalismo". Caminham descontraídos por ruas quase vazias, encontrando uma ou outra pessoa vestindo as cores da Seleção e apontando, prontamente e aos gritos, o quão alineada ela seria. Antes da praça Roosevelt, a Polícia Militar, com pistolas e escopetas em punho, os para. São colocados com mãos na cabeça, encarando a parede, e revistados. Liberados meia hora depois, em número maior, seguem para a praça.

Lá se concentram, fazem curativos, trocam histórias: a garota que escapou de revista policial fingindo ser estrangeira ("I'm not from this country, I'm afraid" diz ela, num sotaque carregadíssimo), os que se feriram resistindo ("é black block, não black corre"), a revolta com o Sindicato dos Metroviários ("Pelegaram. Não apoio mais greve deles"). Ninguém vê o jogo, mas o gol da Croácia é comemorado e o do Brasil, vaiado. Apesar de triplicar as fileiras durante o jogo, o ato começa a se dispersar. Quase no fim da partida, os que seguem fazem uma assembleia e decidem ir à Consolação, entoando "não vai ter Copa" mesmo com a abertura transcorrendo tranquilamente nos gramados. Ao deixar a praça, uma ativista solta a frase que parece resumir o motivo de, mesmo com tantos problemas, o ato seguir de manhã até noite adentro: "Ah, gente, quero manifestar".

\*nome fictício

Gabriel Shlozawa  
gabrielscoelho@gmail.com

Alguns manifestantes que quiseram continuar os protestos saíram das redondezas do Itaquerão e foram para a praça Roosevelt, na região central da capital paulista

Sem unidade / Porto Alegre

# Militantes discordam e dividem ato em dois

Diversas pautas e táticas políticas impedem coesão



Murici Baibin/Zen

Parados no cruzamento da avenida Loureiro Silva com a rua General Lima e Silva em Porto Alegre, 50 manifestantes protestavam contra a realização da Copa do Mundo no Brasil e discutiam a mudança no trajeto da caminhada, já que centenas de policiais bloqueavam todas as ruas de acesso ao Estádio Beira-Rio e à Fan Fest. O Batalhão de Choque da Polícia Militar esperava a estratégia dos manifestantes sem pronunciar uma palavra, com os pés fixos, em uma linha de contenção. A situação estava controlada e não havia nenhum confronto em vista. Observados pelo Choque, um helicóptero da PM, a cavalaria e moradores que surgiam nas janelas dos prédios, alguns integrantes do protesto aproveitaram a parada para jogar bola sobre o asfalto. O jogo entre França e Honduras nem havia começado.

Na sexta-feira anterior ao ato, a decisão do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de realizar uma atividade político-cultural no Parque da Redenção dividiu os adeptos do movimento. Na reunião do Bloco, 40 pessoas de frentes políticas distintas uniam-se pelo objetivo comum de ir para a rua e dizer "não vai ter Copa". Entre eles, correntes de partidos, indivíduos independentes, integrantes de sindicatos e entidades apartidárias davam o tom da diversidade política. Durante três horas no Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais da UFRGS (DAECA), os organizadores planejaram um ato para o domingo, dia 15, durante a primeira partida na capital gaúcha. Também propuseram um balanço e avaliação das atividades. Por votação, foi decidido pela realização de uma atividade cultural. Um evento paralelo no Facebook convocava para uma marcha, no mesmo local e horário.

A reunião começou com uma apresentação breve do nome e da organização que cada um representava, além de informes sobre os presos do protesto anterior. Apenas um ainda estava detido, os outros haviam pago fiança. Passaram a discutir espontaneidade nos protestos, não conseguiam chegar a um acordo se

ela era boa ou ruim. Alguns defendiam que os manifestantes devem ter autonomia e outros pediam cautela, já que todos estariam sob os cuidados do coletivo de advogados que assiste o Bloco de Lutas. Outra comemorava a ausência de correntes do PT - partido do governador Tarso Genro - nos encontros recentes. Os discursos foram longos e repetitivos, com vocabulário marcado que, seguidamente, caía em palavras como "massas", "camaradas" e "luta".

Antes, no início da discussão, um militante relatava a abordagem policial em um bar, após o fim do último protesto, levantando um temor da dispersão, que todos eles tinham. "Vamos tentar entrar no território da Fifa. Afinal, não é da Fifa", propôs um manifestante. Nessa altura, um sujeito de barba grossa, botina e jaqueta de couro já tinha tentado explicar a mudança no comportamento da polícia. "Na quinta-feira eles fecharam algumas ruas e deixaram a quebra-cabeça acontecer, só foram atuar depois. Na mídia saiu que a violência começou com os manifestantes". A estratégia se repetiria na estreia da Copa do Mundo na cidade.

"Vocês vão morrer neste sistema", destacou-se, em meio ao protesto, uma voz aguda e juvenil. Um menino de 16 anos caminhava junto à marcha, de All Star e roupa preta, ostentando um pano vermelho amarrado ao braço. Ao seu redor, estavam os colegas da Unidade Vermelha, organização anarquista da qual faz parte. Em palavras articuladas, explicou que estuda a teoria e defende a redução gradual e progressiva do Estado. Estudante do primeiro ano do Ensino Médio, diz "lutar contra o sistema capitalista que privilegia só quem tem dinheiro" e estar orgulhoso de quem, como ele, saiu em marcha.

Para ele, o capitalismo tem mecanismos que induzem as pessoas a aceitarem o sistema e, por isso, lutará "até ficar velhinho". Mora com a mãe e os irmãos no Bonfim, um dos

bairros da classe média porto-alegrense, e gosta do convívio familiar mas diz que são muito acomodados "Eu estou lutando, estou fazendo alguma coisa", diz Nelson Pinheiro mas escreve aí Blanco, como sou conhecido na Unidade". Ele afirma ser revolucionário desde sempre. "Não vim aqui cancelar a Copa, ela passa e os problemas continuam. Eu vim porque o mundo é uma merda".

Antes do protesto de domingo na tarde de sol tímido no Parque da Redenção, os manifestantes realizam uma pequena assembleia e pesaram os prós e contras de marchar naquela situação. Uma manifestante queria ir em direção ao estádio, mas

temia sair às ruas em um número reduzido de pessoas. Na concentração preparatória ao protesto, uma bandeira preta e vermelha foi hasteada no mastro central do parque, em frente ao Colégio Militar. O grupo se dividiu praticamente ao meio. A metade que se dirigiu ao Beira-Rio ouviu contrariada a posição dos outros. Após dobrar a primeira esquina via-se a uns 300 metros de distância a linha de contenção policial já formada, bloqueando a avenida João Pessoa. A PM já esperava o protesto.

Manifestantes xingaram policiais e provocaram os pedestres da região. "A Fifa muda a lei, e a culpa é de vocês", gritava um deles. Os policiais da Brigada Militar ouviam os xingamentos impassíveis. "Segura", ordenava o comandante, poucos metros atrás do bloqueio, e informava pelo rádio a todo momento a posição e a direção dos manifestantes. O protesto seguiu pela rua General Lima e Silva acompanhado de perto pela polícia, que marchava poucos metros atrás. Alguns clientes de bares da região e moradores responderam as provocações dos manifestantes. Após andar cerca de 2 km em ruas do entorno, o protesto voltou ao Parque da Redenção. O helicóptero da PM sobrevoou o local ainda outras vezes. O setor jurídico do Bloco avisa: "O ato só acaba quando o último manifestante volta para casa." Na véspera havia tido confronto - e isso acabou se repetindo no dia seguinte.



Murici Baibin/Zen

Depois da concentração, o grupo se dividiu em dois. Um ficou no Parque da Redenção e outro tentou, sem sucesso, chegar ao Beira Rio

## Marcha chegou ao fim antes de o jogo terminar

## Vigília contou com cavalaria e helicóptero

Murici Baibin  
muricibalbinot@gmail.com

# Metrô, ciclovias e R\$ 5 bi em obras

Sede da Copa, cidade já soma R\$ 190 milhões em investimentos em mobilidade urbana

**P**assos curtos e rápidos marcam o caminhar de Inez Assumpção, 57 anos, auxiliar de dentista do Sindicato dos Gráficos da capital paranaense. Sob chuva e vento forte, Dona Inez explica seu trajeto de casa até o trabalho: de segunda à sexta, ela sobe no primeiro ônibus do dia, o Guaraituba, que a leva até o terminal do bairro. De lá, pega o "ligeirinho" Maracaná-Guaraituba e desce no Terminal Guadalupe. Até o Sindicato, próximo ao Estádio Arena da Baixada, no bairro Água Verde, o trajeto é percorrido a pé. Todo o percurso dura duas horas. Para a auxiliar de dentista, o transporte coletivo de Curitiba não é "Padrão FIFA".

Os investimentos em obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo na capital do Paraná ultrapassaram os R\$190 milhões, entre reformas e construções de viadutos, alargamento de faixas exclusivas e criação de novos corredores de ônibus. A extensão de faixas exclusivas, dez novas pistas de tráfego, ciclovias, investimentos em paisagismo, calçadas e sinalização custaram R\$20,8 milhões. Outra obra para o Mundial, a construção do corredor que liga a Rodoferroviária ao Aeroporto Afonso Pena, localizado em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba, chegou a R\$145 milhões, com recursos do PAC da Copa.

"No Rio, eles implementaram o BRT, por exemplo. A gente já tinha

o BRT. Curitiba já estava meio pronta para receber um evento desse porte, não precisou de grandes intervenções. Precisamos só reforçar algumas linhas para atendimento do aeroporto, rodoviária, estádio", afirma Silvia Mara dos Santos Ramos, técnica em transporte da URBS, empresa de economia mista que gerencia o transporte público da capital paranaense. O funcionamento do sistema de

## Sistema viário ganhou extensão de corredores de ônibus, mas ainda recebe críticas

transporte público – referência, segundo Silvia Mara – da cidade que "já estava meio pronta" foi apresentado em uma conversa para jornalistas, na manhã do feriado de Corpus Christi. Percorrendo os principais pontos viários de Curitiba – com seus tubos, ônibus biarticulados e ruas exclusivas –, funcionários da empresa que administra o setor falaram sobre a agilidade e eficiência do modelo pensado por Jaime Lerner, arquiteto e urbanista, que por três vezes foi prefeito de Curitiba e duas governador do estado.

Há 300 km de ciclovias em implantação, faixas exclusivas de

tráfego para ônibus e a primeira "via calma", trecho compartilhado entre pedestres, bicicletas, automóveis e ônibus. A primeira faixa exclusiva para ônibus, na rua XV de Novembro, uma das principais vias do centro da cidade, entrou em operação há poucos dias. São 2,5 km que vão reduzir o tempo de viagem de cerca de 53 mil passageiros transportados diariamente por 12 linhas de ônibus. Ainda serão implantados 17,5 km de faixas exclusivas em diferentes pontos da cidade. A construção dessas vias só foi possível com a retirada dos estacionamentos. "Curitiba é uma cidade planejada. A prioridade é o transporte coletivo, e retirar os estacionamentos é justamente um incentivo para que as pessoas deixem de usar o carro", diz o engenheiro coordenador do transporte público em Curitiba, Ismael Bagatin França.

O investimento previsto para o setor de transporte público nos próximos três anos é superior a R\$ 5 bilhões. O pacote "cidade multimodal" inclui a introdução do metrô no sistema integrado. A primeira linha terá 17,5 km de extensão e vai unir a região sul à região norte da cidade, passando pelo centro. O processo de licitação para escolha da empresa que irá executar o projeto, através de parceria público-privada, foi aberto no dia 10 de junho. A vencedora também receberá uma concessão para operar o sistema por 35 anos. Serão investidos R\$ 4,7 bilhões na



Nos próximos três anos, investimento na área chegará a R\$ 5 bilhões

obra – recursos do governo federal, da Prefeitura de Curitiba, do governo do Estado e do consórcio. A primeira etapa deve ser concluída em 2018.

No trânsito do final da tarde de um dia útil, o sistema modelo se aplica para poucos. Morador de Pinhais, na região metropolitana, Aldo Macedo trabalha no centro de Curitiba. Já morou em São Paulo, Maringá, conhece bem o sistema de transporte em Campinas e não tem dúvidas: "Comparado aos outros lugares, isso aqui é o paraíso". Mas Aldo leva sorte: pega o ônibus nos pontos finais, por isso sempre consegue lugar para sentar. Faz em

35 minutos o trajeto de casa até o trabalho, tempo bem menor do que o de algumas linhas que circulam dentro da região central da cidade.

De acordo com Ismael Bagatin França, o próximo passo, além da implantação da linha de metrô, é a ampliação das vias exclusivas. O objetivo é aumentar a velocidade, reduzindo o tempo de deslocamento. "Não é necessário aumentar a frota hoje. Temos que buscar alternativas para ganhar velocidade e dar prioridade para o transporte público, para termos regularidade operacional".



Reforma da rodoviária custou R\$ 46 mi e ainda não está concluída

## O legado deixado pelos voluntários do Mundial

A placa que indica "administração" leva a uma sala com divisórias de compensado, ainda sem janelas e com sacos de cimento amontoados ao canto. O restaurante está só no letreiro, a praça de alimentação ainda não foi concluída. Problemas de acessibilidade e falta de sinalização são alguns dos pontos que farão parte do relatório em que os voluntários da Copa reúnem as dificuldades encontradas durante o trabalho na recém-reformada Rodoferroviária de Curitiba.

"Uma amiga acabou de chegar no portão 2, onde fica isso?", "Moça, preciso ir pra Balneário Camboriú, em Santa Catarina, onde embarco?"; em menos de três minutos, quatro orientações dadas. Nenhuma a um turista. "Acabamos fazendo o trabalho que seria da prefeitura", afirma Sabine Karley, de 44 anos, voluntária da Copa. Em Curitiba, mil voluntá-

rios estão distribuídos em locais estratégicos, como o aeroporto e perto da Arena da Baixada. Só na rodoviária, a média é de dez voluntários em cada um dos quatro turnos. O principal trabalho é orientar os usuários, em geral não turistas. "A rodoviária não é porta de entrada para os turistas da Copa. Por aqui só chegam os estrangeiros que estavam em outra cidade, como Rio e São Paulo, e, quase sempre, nos dias ou vésperas de jogos", explica.

A reforma da Rodoferroviária de Curitiba custou 46 milhões aos cofres públicos. O investimento faz parte do PAC da Copa. A obra tinha previsão de entrega de 420 dias – prazo que foi estendido para 754 dias. A reforma foi entregue no dia 2 de junho, ainda com alguns acabamentos a serem feitos até o dia 29 de junho. A assessoria da Prefeitura esclareceu que os prestadores de



Sabine é voluntária em Curitiba

serviço – praça de alimentação, por exemplo – estão em fase de licitação e que isso não está relacionado com as obras de reforma.

Isadora Ruschel  
isadoracastanhel@gmail.com  
Poliana Dallabrida  
poliana.dallabrida@gmail.com

Rio de Janeiro

# Contra o tempo em ruas cariocas

Sistema adotado em algumas linhas para facilitar o transporte público divide opiniões

“O trânsito é maluco. Não para nunca!”, comenta o turista estadunidense. A opinião é ouvida também por quem vive no Rio de Janeiro, principalmente dos que dependem do transporte público. Muitos motoristas correm tanto para evitar o sinal vermelho ou ultrapassar outros carros que parecem esquecer que conduzem um ônibus lotado. É comum presenciar bate-bocas entre passageiros e condutor que esqueceu de abrir a porta ou que a fechou antecipadamente.

O corredor expresso Transcarioca foi inaugurado no início de junho. Ele liga o Terminal Alvorada, na Barra da Tijuca, ao Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, na Ilha do Governador, 39 quilômetros dali. O Bus Rapid Transit (BRT) - transporte por ônibus articulado que trafega em pistas exclusivas - não é novidade na cidade. O primeiro foi implantado há dois anos. O Transoeste liga o bairro Santa Cruz à Barra da Tijuca. A distância entre uma localidade e outra é de 40 quilômetros. Com o

BRT, o trajeto, que antes levava até quatro horas em horários de pico, dura pouco mais de uma hora.

“Quando se está dentro é tranquilo, uma maravilha. O problema é entrar”, resume a moradora do bairro Cosmos, Lucimar Gomes, que trabalha na Barra da Tijuca. Nos dias de semana, ir e voltar é um desafio. “Tem gente que fica de fora. Às vezes, nos empurram e conseguimos entrar”.

Uma das causas da lotação é a retirada de vans e ônibus convencionais. Agora eles só fazem o trajeto das áreas mais distantes até as estações de embarque. “Eles [empresas e prefeitura] tiraram e vão continuar tirando as outras opções de transporte. As pessoas dessas regiões só podem contar com o BRT porque o governo e os empresários só pensam em lucrar”, diz o usuário Ricardo Novaes. “Deveriam priorizar as outras alternativas, com mais horários e menos sofrimento para a população. A gente quer trabalhar e não consegue”, lamenta Lucimar Gomes.

O aposentado Eugênio de Sena



Com o BRT, usuários ganharam rapidez no deslocamento, mas alertam sobre a insegurança do modelo

acredita que o transporte público melhorou muito com o Transoeste, principalmente por causa da velocidade e pontualidade (os ônibus saem a cada 15 minutos). Sua única ressalva é que a eficiência também pode ser um problema. “O BRT é muito rápido mas já matou muita gente. Ontem mesmo [18 de junho],

na estação Curral Falso, uma garota teve as pernas quebradas ao tentar atravessar a via”.

Todos os articulados possuem ar-condicionado. Alguns apresentam problemas como goteiras, próximas de quem senta ao lado das janelas. No verão, com o ônibus lotado, muitos desmaiam por causa do

calor. Até 2016, a Prefeitura promete integrar Transoeste, Transcarioca e Transolímpica. O problema da mobilidade, no entanto, está longe do fim.

**Bianca Bertoll**  
bertollbianca@gmail.com  
**Rafael Venuto**  
rafael.vnt@grad.ufsc.br

São Paulo

# Categoria mantém protesto e negociações

Presidente do sindicato diz que metroviários buscam readmissão de 42 funcionários demitidos na greve

Os dias que precederam o jogo de abertura da Copa do Mundo, em São Paulo, foram de tensão para o Governo do Estado. A greve dos metroviários, anunciada no dia 4 de junho, atingiu três das cinco linhas de metrô da capital e fechou a maioria das estações da cidade. Com

duração de cinco dias, a paralisação foi a mais longa da história do Metrô.

Os grevistas apresentaram uma extensa pauta de reivindicações, que trazia 104 cláusulas. As principais exigências incluíam um reajuste salarial de 35,74% e a divisão igualitária nos lucros e resultados

(PLR) da empresa. Durante as negociações, o Sindicato reduziu gradualmente a proposta de reajuste, apresentando o valor final de 12,2%. O Metrô, no entanto, concordou em oferecer 8,7%. No dia 6 de junho, ambas as partes se reuniram para tentar resolver o impasse, mas permaneceram irreductíveis. Na mesma ocasião, o Sindicato chegou a fazer duas propostas: voltar a trabalhar, desde que as catracas fossem liberadas, ou ter os dias de paralisação descontados dos salários dos grevistas. Ambas foram negadas.

O Presidente do Sindicato dos metroviários, Altino de Melo, conta que durante as negociações “disseram que a gente tinha que garantir 100% do funcionamento em horário de pico e 70% fora do horário de pico. Isso é impedir o direito de fazer greve. A gente queria fazer pressão econômica sem precisar prejudicar a população. Não aceitaram.” Para ele, a imagem de preocupação com a população que o governo queria passar “caiu por terra”. “A gente vê, seis horas da tarde aqui na Sé, que a crise é permanente. Se o governo se importasse mesmo, daria mais

prioridade para o transporte.”

No dia 8 de junho, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP) considerou a greve abusiva, multando o sindicato em R\$500 mil por dia parado. No mesmo dia, o governador Geraldo Alckmin afirmou, em coletiva de imprensa,

**“A gente queria fazer pressão econômica sem precisar prejudicar a população. Não aceitaram”**

que a greve era “absolutamente abusiva e ilegal”. Os metroviários se reuniram novamente em assembleia e decidiram continuar a greve. No dia seguinte, o Metrô demitiu 42 funcionários, alegando justa causa. Com as demissões, os metroviários decidiram suspender a greve. “Na votação, a categoria foi soberana. Isso faz cair por terra o papo de que o

sindicato manda. A categoria decidiu que não queria mais fazer greve”, conta Altino.

No dia 13 de junho, o Ministério do Trabalho e Emprego considerou as demissões abusivas e aplicou multa de R\$ 8 mil na empresa. Nenhum funcionário, no entanto, foi readmitido até agora.

Melo conta que, no momento, o foco do sindicato e da categoria é a readmissão dos 42 funcionários. Uma campanha de apoio à readmissão foi lançada, e o Sindicato tem pagado o salário dos demitidos.

Algumas reivindicações da greve foram atendidas parcialmente, como o aumento no vale alimentação e o fim do desconto no vale refeição. Para Altino, no entanto, não foi o suficiente. “O problema é que havia uma expectativa de conseguir mais, pelo período da Copa, em que você vê muito investimento com tudo, menos com o trabalhador, menos com o transporte, menos com a saúde”

**Raissa Turci**  
raissa.turci@gmail.com  
**Thais Ferraz**  
thaisferrazr@gmail.com



Altino de Melo: “investimento com tudo, menos com o trabalhador”

# Nova gestão quer DCE transparente

Chapa propõe centralizar debates e ficar mais próxima dos alunos

Um total de 6.305 alunos foi às urnas nos dias 10 e 11 de junho para definir a nova gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE). A chapa 4, Dias Melhores, venceu a eleição com 3.292 votos, em um universo de 6.275 votantes. Foram 1.515 votos para a chapa 1 - Canto Livre, 1.326 para a chapa 2 - Linha de Frente, e 142 votos para a chapa 3 - Calar a Boca, Nunca Mais. Eles foram reeleitos com as mesmas bandeiras que trouxeram no ano passado - defesa das empresas juniores e Associações Atléticas da universidade. O *Zero* conversou com os estudantes Matheus Costa, Bruno Magnos e Eduardo Sena.

**Alguns membros da gestão passada, a Novos Rumos, continuam nesta gestão. No entanto, a chapa diz ter se renovado e se chama "Dias Melhores". Afinal, vocês são uma gestão de continuidade ou de ruptura?**

Quando se pergunta se é uma gestão de continuidade ou ruptura, não é nem um, nem outro. Tínhamos uma diretriz na Novos Rumos, um movimento estudantil responsável que iria se pautar por questões locais, não tentar abraçar um universo gigantesco, porque nos perderíamos nisso. A Dias Melhores segue esse rumo, mas agora é um pessoal novo e mais amadurecido, com um conhecimento que vai permitir que a chapa comece engatilhada. Acredito que vai ser um trabalho excelente, muito melhor do que a Novos Rumos.

**Como se dará a integração entre centros acadêmicos e movimento estudantil com a nova diretoria do DCE?**

O movimento estudantil acabou se descentralizando porque os centros acadêmicos ficaram focados nos problemas do curso e não nos da universidade como um todo, o que gerou uma dificuldade de informação entre eles. A principal pauta do movimento estudantil hoje é centralizar novamente e mostrar que o DCE pode fazer alguma coisa pelos alunos. Para fazer isso, o Conselho de Entidade de Base (CEB) precisa ter um regimento próprio, precisa funcionar, ter um quórum mínimo. O DCE precisa trazer os campi do interior para participar do CEB. Para isso, conseguimos a sala do conselho, que vai permitir a gravação e transmissão ao vivo dos debates, assim todo aluno terá acesso ao que está sendo discutido no centro acadêmico. Pretendemos criar o site do DCE para tornar as atas públicas. Com essa transparência, o estudante vai começar a questionar as ações do centro acadêmico. Precisa haver mais comunicação, e para

resolver isso nós pensamos num sistema de e-mail via fórum da graduação, assim vamos conseguir chegar a todos os alunos da universidade.

**Há tempos as festas vêm sendo um problema no campus da UFSC. Como esse assunto será tratado na nova gestão? No material de campanha vocês falam em apoiar e expandir projetos, mas outros foram descontinuados, como a Calourada. Por que não houve Calourada?**

A importância de criar um regimento para as festas da UFSC é uma questão de segurança. Hoje é impossível, seguindo a resolução antiga de festas, que elas ocorram na UFSC, porque há muita burocracia. Tem que ser feito um debate amplo e real sobre as questões das festas. Sobre a Calourada, o que aconteceu foi um *happy hour* realizado dentro do DCE. Nós emprestamos a sede e eles assinaram um termo de compromisso dizendo que tinham todos os documentos legais. O evento foi realizado entre sete centros acadêmicos, sem autorização.

A Pró-Reitoria pediu que o *happy hour* fosse cancelado, e os centros acadêmicos decidiram fazer mesmo assim. A festa aconteceu normalmente, mas por volta das 3h da manhã houve uma tentativa de assassinato. Devido a isso, estudantes dos centros formularam uma nota proibindo festas em todos os centros. A PRAE assinou, e partir daí nenhuma festa da UFSC recebia autorização. Realizar a Calourada era impossível no momento, não existiam condições legais. Agora, o primeiro passo é garantir a presença dos estudantes na comissão de festas e fazer um estudo de propostas que condizem com a realidade da universidade. Também mostrar a importância das festas na universidade como um instrumento cultural e de integração. Então dentro da comissão de festas nós temos que criar um diálogo com a comunidade e ter um avanço significativo nesse

sentido.

**Na gestão passada houve reclamações de que a chapa estava se tornado pouco democrática. Um exemplo disso foi a assembleia realizada no CFH que rejeitou empresas juniores. Depois houve um recurso na Câmara de Graduação derrubando a decisão. Isso pode se repetir?**

A assembleia do CFH foi realizada de uma

maneira totalmente propícia para que fossem boicotadas as empresas juniores dentro da universidade, só que a assembleia estava fora da legalidade universitária. Existe uma decisão do Conselho Universitário que cria uma regulamentação das empresas juniores na UFSC. O DCE não atentou contra a democracia, pelo contrário, garantiu que a democracia fosse estabelecida. Não queremos obrigar o CFH a aceitar a Persona, empresa júnior que foi debatida, queremos que o CFH avalie uma empresa por vez. Ele não pode dizer que todas são incompatíveis com seu sistema e que não vai aprovar nenhuma, como a assembleia deliberou. Queremos apenas que os trâmites legais sejam respeitados e que uma decisão política não impeça a atividade dos alunos.

**Vocês são identificados como a única chapa de direita da eleição. No entanto, há membros de uma organização estudantil chamada União da Juventude Socialista na nominata da chapa. Você vê isso como uma incoerência?**

Nunca entramos numa sala de aula ou debate dizendo "nós somos a chapa da direita", acreditamos que essa definição é extremamente defasada. Temos membros do PCdoB e da União da Juventude Socialista, isso não quer dizer que somos uma chapa de esquerda. Também temos integrantes do PP, PSDB, PT, o que constitui de 10 a 15 membros dos 80 da chapa, o resto é independente. Nós entendemos que o papel do DCE é montar pautas para os estudantes. Se surgir uma proposta de esquerda que é melhor para os estudantes, nós vamos com essa proposta, se surgir uma de direita que é melhor para os estudantes, nós vamos com essa proposta.

Mariana Petry  
marianapetry93@gmail.com  
Stefanie Damazio  
stefanie.jor@gmail.com



Chapa venceu com 52% dos votos válidos

**Gestão Dias Melhores quer ampla discussão com a comunidade acadêmica sobre festas no campus e segurança**